

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

“Vigilância em saúde do trabalhador e participação social em Lagoa da Confusão (TO): o agronegócio em questão”

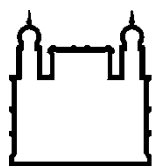
por

Magna Dias Leite

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre Modalidade Profissional em Saúde Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Katia Reis de Souza

Rio de Janeiro, maio de 2014.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Esta dissertação, intitulada

“Vigilância em saúde do trabalhador e participação social em Lagoa da Confusão (TO): o agronegócio em questão”

apresentada por

Magna Dias Leite

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Gabriel Eduardo Schütz

Prof.^a Dr.^a Brani Rozemberg

Prof.^a Dr.^a Katia Reis de Souza – Orientadora

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

L533 Leite, Magna Dias
Vigilância em saúde do trabalhador e participação social em
Lagoa da Confusão (TO): o agronegócio em questão. / Magna
Dias Leite. -- 2014.

86 f.

Orientador: Souza, Katia Reis de
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública
Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2014.

1. Participação Social. 2. Vigilância em Saúde do
Trabalhador. 3. Agroindústria. I. Título.

CDD - 22.ed. – 363.11

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Tadeus e Maria, e a minha tia Luiza, que sempre me apoiaram, acolheram e mostraram que estudar é importante, assim como superar dificuldades. Ao meu filho Marcos Vinícius, pelo carinho, amor, compreensão pelos momentos de ausência vividos durante minha jornada de estudos.

Aos meus familiares que sempre me incentivaram, me apoiando com força e palavras de coragem nos momentos difíceis, acreditando sempre no meu potencial e me fazendo sentir protegida.

Aos meus amigos Evaldo César, Alberto Constantino, Luis Brasil, Deusamar Parente e Martha Veras, que me incentivaram nesta jornada para que eu chegasse até o ápice dessa meta.

A todos (as) os professores (as) e coordenadores (as) do curso, dignos (as) de reconhecimento, que foram fundamentais com aporte de conhecimentos necessários para realização deste trabalho, e com quem pude conviver e aprender não somente o ensino curricular, também com as experiências de vida. Agradeço aos Professores Doutores Brani Rozemberg e Gabriel Eduardo Schütz, pelas valiosas contribuições em meu exame de qualificação.

À Professora Doutora Kátia Reis, pela oportunidade de realizar este trabalho juntas, proporcionando-me a apreensão de conhecimentos e amizade, obrigada!

Aos colegas da turma, pela oportunidade de conhecê-los, pela rica troca de experiências, em especial a Gisele, Lorena, Ana Flora, Frederico, Olga, Terezinha, Letícia, Cinthya Viviane.

À Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins e ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Tocantins – CEREST-TO –, Instituição na qual me incluo como servidora, agradeço pela oportunidade de custear este curso e, assim, por eu poder expandir e agregar novos conhecimentos.

Minha amizade, carinho e gratidão aos colegas de trabalho do CEREST-TO, principalmente do núcleo de vigilância em ambientes e processos de trabalho, em especial à amiga Flávia Medina, e a

Gisele Akemi, companheira e amiga desde a iniciação das primeiras ações de vigilância em saúde do trabalhador no Tocantins, por não desistir e por enfrentarmos juntas os desafios em realizar a vigilância em saúde do trabalhador, por me apoiar e pelas contribuições para este grande aprendizado, pela qual tenho profunda admiração, obrigada!

Finalmente, agradeço aos participantes desta pesquisa os autores individuais, autores coletivos e os autores de instituições pelas contribuições que deram para o meu aprendizado para a realização desta dissertação. Agradeço à secretaria municipal de saúde de Lagoa da Confusão (TO), pelo apoio.

RESUMO

LEITE, Magna Dias. **“Vigilância em Saúde do Trabalhador e Participação Social no Município de Lagoa da Confusão (TO): O Agronegócio em Questão”**. 2014. Dissertação de Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde do Trabalhador, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca\ENSP\Fiocruz. Rio de Janeiro, 2014.

Nesse estudo, pretende-se conhecer o processo de estruturação de uma política participativa local de vigilância em saúde do trabalhador, de caráter intersetorial, com ênfase na organização do controle social. Essa pesquisa foi desenvolvida no município de Lagoa da Confusão (TO) e adotou, sob a vertente da pesquisa social, o enfoque da pesquisa participante. Realizaram-se quatro encontros que reuniram até 11 pessoas, de modo a se respeitar a ideia de constituição de grupos participativos. Analisaram-se os materiais de campo, advindo das reuniões, lançando mão da técnica da análise do discurso. Os temas centrais que sobressaíram nas discussões foram: política, trabalho precário, agrotóxicos e participação. Verificou-se que a vigilância em saúde do trabalhador, por meio da metodologia participativa, define-se como uma importante estratégia política, possibilitando a interação entre os atores sociais e institucionais, com o propósito de gerar mudanças locais. Ao final, elaborou-se um produto coletivo (plano de trabalho) cujo principal objetivo é a transformação das condições dos trabalhadores do agronegócio local.

Palavras-chaves: Participação Social; Vigilância em Saúde do Trabalhador; Agronegócio.

ABSTRACT

MILK, Magna Days. **"Health Surveillance of making" Workers and Social Participation in the municipality of Lagoa da Confusion: The Agribusiness**". 2014,91 F. Master Professional Master in Health Surveillance to the" workers, National School of Public Health Sérgio Arouca ENSP Fiocruz. Rio de Janeiro, 2014.

In this study, we seek to know the process of structuring a local participatory policy for worker health surveillance, with intersectoral character and emphasis on the organization of social control. We carried out this study in the municipality of Lagoa da Confusion (TO) on the strand of social research, with focus on participatory approach. To this goal, we organized four meetings that brought together up to 11 participants, respecting the idea of establishment of participatory groups. Data arising from these meetings were analyzed making use of the technique of discourse analysis. The central themes that stood out in the discussions were politics, precarious work, pesticides and participation. Through this participatory methodology, we found that the worker health surveillance, defines itself as an important political strategy, enabling the interaction between and institutional social actors in the aim of generating local changes. Finally, it was constructed a collective product (work plan) whose main objective is transforming work conditions of the local agribusiness.

Keywords: Social Participation; Worker Health Surveillance; Agribusiness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do uso da Terra de Lagoa da Confusão.fonte: http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/download/ZEE/TO_Mapas_Dinamica_Cob_Uso_pdf	40
Figura 2: Identificação por geoprocessamento das pistas de avião para pulverização nas fazendas do agronegócio de Lagoa da Confusão.Google earth fazenda Dallaporta Lagoa da Confusão. .	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: O Produto das Reuniões: Plano de Vigilância Participativa em Saúde Trabalhador de Lagoa de Confusão.	60
---	----

LISTA DE SIGLAS

ADAPEC Agencia de Defesa Agropecuária do Tocantins
ANAC Agência Nacional de Aviação Civil
ATM Associação Tocantinense dos Municípios
CF Constituição Federal
CNS Conselho Nacional de Saúde
CRAS Centro de Referência de Assistência Social
CEREST Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CONSEA Conselho de Segurança Alimentar
ENSP\FIO CRUZ Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca\Fundação Oswaldo Cruz
FETAET Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Tocantins
FUNASA Fundação Nacional de Saúde
IBGE Instituto Nacional de Geografia e Estatística
IP Instituições Participativas
ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços
JICA Agência Japonesa de Cooperação Internacional
MA Maranhão
MOI Modelo Operário Italiano
MPT Ministério Público do Trabalho
MS Ministério da Saúde
NR Norma Regulamentadora
NUSAT Núcleo de Saúde do Trabalhador
NATURATINS Instituto Natureza do Tocantins
ONG Organização Não Governamental
OP Orçamentos Participativos
PNST Política Nacional de Saúde do Trabalhador
PNSTT Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora
PRODECER Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
SEFAZ Secretaria da fazenda do Estado do Tocantins
SMS Secretaria Municipal de Saúde

SINAN Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SUS Sistema Único de Saúde

SEPLAN Secretaria de estado de planejamento

SRTE Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

TAC Termo de Ajuste e Conduta

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento

US Unidade Sentinela

VISAT Vigilância em Saúde do Trabalhador

VISA Vigilância Sanitária

Cada homem, ao nascer, é considerado um novo indivíduo, e, através do seu dom de agir, ele pode transformar a realidade.

Arendt (1993).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.2 OBJETIVO GERAL	18
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
2. AGRONEGÓCIO E TRABALHO.....	20
2.1 O AGRONEGÓCIO NO TERRITÓRIO DO CERRADO BRASILEIRO E NO MUNICÍPIO DE LAGOA DA CONFUSÃO.....	21
3. REFERENCIAL TEÓRICO	27
3.1 TRABALHO PRECÁRIO.....	27
3.2 O CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR E A VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	28
3.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E TERRITÓRIO.....	32
4. METODOLOGIA	36
4.1 CENÁRIO DE ESTUDO	37
4.2 ANÁLISE DOS MATERIAIS.....	41
4.3 DEVOLUÇÃO SISTEMÁTICA DOS DADOS.....	43
4.4 PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	43
4.4.1 Etapas do estudo:.....	44
5. RESULTADOS DE CAMPO.....	60
5.1 POLÍTICA.....	60
5.2 TRABALHO PRECÁRIO E AGRONEGÓCIO	65
5.3 AGROTÓXICOS	67
5.4 PARTICIPAÇÃO.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
APÊNDICES	87
APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	87
APÊNDICE B- CARTA-CONVITE DE PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA.....	88

1. INTRODUÇÃO

O interesse em desenvolver a temática relativa à vigilância em saúde do trabalhador e participação social no município de Lagoa da Confusão (Tocantins) foi devido, principalmente, à inserção profissional no Centro de Referência Estadual em Saúde do Trabalhador (Cerest /Tocantins), desde 2004, no qual participo nas ações de vigilância em ambientes e processo de trabalho. Um marco importante no Estado no que se refere à política de saúde do trabalhador local foi a implantação da Unidade Sentinela em Saúde do Trabalhador - US¹ em Lagoa da Confusão, para responder às inquietudes e problemas no que diz respeito à relação trabalho-saúde-ambiente. Espera-se que este estudo possa contribuir com a organização do controle social nas ações da política de saúde do trabalhador no município, considerando, sobretudo, a vigilância enquanto uma prática intra e intersetorial capaz de criar formas de organização, promover saúde e prevenir riscos e agravos à saúde dos trabalhadores.

Salienta-se que a vigilância em saúde do trabalhador no município de Lagoa da Confusão tem uma atuação bem efetiva, pois é um dos municípios onde o Centro de Referência Estadual em Saúde do Trabalhador (CEREST) do Tocantins mais desenvolveu ações, conforme consta nos documentos e relatórios técnicos de vigilância em ambientes e processos de trabalho e relatórios de gestão do Tocantins (2007, 2008, 2011, 2012, 2013, 2014).

As ações de vigilância em saúde do trabalhador do Estado são estruturadas no Plano Anual de Saúde, por meio de projetos que envolvem capacitações e ações de vigilância em ambientes e processos de trabalho.

Podemos afirmar que a vigilância em Saúde do Trabalhador neste município está em primeiras vias de estruturação e necessita de um vigoroso processo participativo de construção institucional. No que se refere à saúde do trabalhador, embora o município possua, desde o ano de 2007, uma unidade sentinela implantada, ainda demanda assessoria permanente dos CERESTs Estadual e Regional de Palmas e está sob a regionalização deste último. Logo, não conta, até então, com a atuação de um

¹US é composta por unidades de saúde para identificar, diagnosticar, investigar e notificar, quando confirmados, os casos de doenças, agravos e/ou acidentes e doenças relacionados ao trabalho no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN-NET). Fonte: Renast on line (www.renastonline.org.)

controle social formal e instituído na área da saúde. Entretanto, constata-se no cotidiano o papel ativo de segmentos organizados da população, que não silenciaram frente aos impactos humanos e ambientais evidentes no município.

Em estudo realizado por Oliveira e Dallari (2011), as autoras afirmam que a vigilância, principalmente na esfera local, precisa reconhecer os conselhos de saúde como espaços públicos capazes de legitimar e dar transparência às suas ações, discutindo as necessidades da coletividade democraticamente com a sociedade. Dessa forma, é possível construir a cidadania ao mesmo tempo em que se assegura o direito à proteção da saúde.

Podemos afirmar, então, que se observa, no dia a dia de acompanhamento das ações de vigilância em saúde do trabalhador no município de Lagoa da Confusão, a presença veemente das organizações locais, sobretudo por meio de realização de denúncias a respeito de más condições de trabalho e dos efeitos degradantes do agronegócio ao ambiente. Não obstante, em termos de organização e articulação política, constata-se um movimento frágil, com iniciativas isoladas, que carecem de fortalecimento em redes associativas, a fim de ampliar sua capacidade de participação e ação na esfera pública de saúde. É, portanto, essencial o entendimento das forças organizadas existentes no território, tais como as populações dos assentamentos, os povos indígenas, os trabalhadores de fazendas produtoras de grãos, além dos participantes do conselho municipal de saúde.

No texto da lei, a participação em saúde ficou estabelecida no Art. 198 da Constituição, regulamentada pela Lei nº 8080/90 Brasil e complementada pela Lei nº 8142/90 (Brasil, 1990), que fixou a prática do controle social mediante um movimento que passa por Conferências e Conselhos de Saúde, configurando um novo padrão de representatividade. Segundo Oliveira e Almeida (2009), é uma estratégia para democratizar o poder, o espaço, o canal de manifestação da participação social regulada e institucionalizada normalmente no aparelho de Estado. Assim, o controle social tornou-se ferramenta central para a consecução da gestão participativa.

No entanto, Minayo-Gomez e Lacaz (2005) afirmam que os instrumentos criados para o exercício desse tipo de cidadania não vêm se mostrando eficazes no que se refere ao real enfrentamento da atual situação no mundo do trabalho. De acordo com os autores, as formas de participação e de exercício do controle necessitam de uma revisão sobre os fundamentos conceituais, políticos e sociais que deram origem ao próprio termo e à institucionalização dessa instância.

Vale lembrar que o tema da participação social também está regulamentado pela Portaria nº1.823, que contempla a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora – PNSTT (BRASIL, 2012), sobretudo, no seu Capítulo I (dos princípios e diretrizes), artigo 5º, inciso III.

Sem dúvida, os enfoques participativos contribuem para o fortalecimento da organização social, bem como possibilitam outro modo de gestão pública, assentando-se em bases democráticas e coletivas, com vistas à melhoria da saúde e das condições geradoras de riscos e agravos relacionados ao trabalho. Para Avritzer (2011), com a promulgação da Constituição de 1988 foi dada a partida para a formação de uma vasta institucionalidade participativa, que inclui conselhos, orçamentos participativos (OPs) e planos diretores municipais, entre outras formas de participação. Nos últimos anos, essas iniciativas expandiram-se e apontam a presença de diversas modalidades de participação na democracia brasileira. Podemos então afirmar que a participação social está instituída como proposta de gestão pública brasileira, constituindo-se num desafio a experimentação de espaços locais de organização.

A VISAT NO TERRITÓRIO DE LAGOA DA CONFUSÃO

Tomando por base os documentos e relatórios técnicos do Cerest Estadual de Tocantins. (TOCANTINS, 2007; 2008; 2010; 2012; 2013; 2014b), verifica-se que desde 2006 o Cerest realiza ações de vigilância no território de Lagoa da Confusão. Nesses registros estão relatadas as difíceis situações encontradas em termos de condições de trabalho e sanitárias dos alojamentos, de cozinhas e refeitórios instalados nas sedes das produtoras de grãos do município, que estavam, em sua maioria, em desacordo com a legislação vigente.

Verificou-se ainda, por meio de visitas às fazendas produtoras de grãos, que, na prática, o modelo do agronegócio está em contradição com a ideia de desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável. Porquanto, além da precariedade das situações dos alojamentos e refeitórios, constataram-se inadequações relativas a salário, jornada de trabalho, terceirização, vínculo trabalhista, sazonalidade, mão de obra estrangeira e tantas outras. Ademais, constata-se o enfraquecimento do coletivo das organizações dos trabalhadores.

Ao se realizarem ações de inspeções sanitárias de VISAT, no agronegócio em Lagoa da Confusão, além de nos depararmos, concretamente, com questões sociais

críticas e condições de trabalho precárias, identificaram-se também limites para o exercício efetivo da intersetorialidade (MTE, ministério público, órgãos da agricultura, saúde, a própria agricultura, controle social, entre outros). Trata-se da fragmentação das ações no âmbito da setorialização do serviço público, o que demanda a necessidade de se refletir sobre estratégias para se integrar ações e saberes para a construção de um processo de VISAT mais resolutivo e plural. Saliente-se que a VISAT na área rural e, mais especificamente, no agronegócio, ainda é muito embrionária; atua-se por demanda pontual, ou seja, realizam-se ações de vigilância quando ocorrem denúncias, principalmente; quando convocadas pelas instâncias do controle social ou pelo ministério público. Leão e Vasconcellos (2013, p.108) destacam as dificuldades em se realizar incursões nas fazendas de agronegócio, já que elas estão impregnadas de interesses políticos e econômicos que extrapolam os “limites jurisdicionais” dos agentes de VISAT.

Este estudo se justifica tanto pela escassez de pesquisas e de divulgações acadêmicas a respeito da temática central, qual seja, a vigilância em saúde do trabalhador e participação social, quanto pela relevância social no que se refere aos problemas relacionados à saúde e ao trabalho no território de Tocantins, principalmente, à situação dos trabalhadores rurais do agronegócio. Nesse sentido, convém mencionar o aumento de notificações de casos de acidente de trabalho graves e intoxicações registrados no SINAN no município de Lagoa da Confusão, justificando a necessidade de estudos e ações integradas de VISAT na área rural (BRASIL, 2012a).

Considere-se ainda a sua relevância política, já que buscamos a reflexão e a operacionalização dos princípios da PNSTT (Política Nacional da Saúde do Trabalhador e Trabalhadora) do Sistema Único de Saúde, como uma das bases de nossa compreensão teórica e formulação metodológica, particularmente em um de seus pressupostos, a saber:

A participação dos trabalhadores é essencial nos processos de identificação das situações de risco presentes nos ambientes de trabalho e das repercussões sobre a sua saúde, bem como na formulação, no planejamento, acompanhamento e avaliação das intervenções sobre as condições geradoras dos agravos relacionados ao trabalho (BRASIL, 2012a).

Deste modo, questiona-se que elementos (teórico, metodológicos e práticos) são fundamentais à estruturação de um plano local de vigilância em saúde do

trabalhador, de caráter participativo, junto à população organizada e a outros setores públicos.

Diante das questões expostas, este estudo tem por objetivos:

1.2 OBJETIVO GERAL

Produzir conhecimento, a respeito da estruturação de uma política participativa local de vigilância em saúde do trabalhador, de caráter intersetorial, com ênfase na organização do controle social.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contribuir para o fortalecimento das ações de vigilância em saúde do trabalhador no município, sob a vertente dos estudos participativos, (por meio da realização de encontros locais com representantes da população organizada e dos movimentos sociais, e ainda com o envolvimento de representações de setores públicos locais);
- Vivenciar um processo de integração de saberes (trabalhadores, gestores e academia) de modo a promover espaços públicos de diálogo a respeito da saúde do trabalho e do ambiente;
- Conhecer os obstáculos e as perspectivas, de aportes (teóricos e metodológicos) democráticos de formação do controle social, a partir da pesquisa de campo;
- Identificar, (como produto das reuniões), as “temáticas significativas” relacionadas ao processo de vigilância no município da Lagoa da Confusão, analisando-as em diálogo com a literatura, e construir um plano de trabalho de modo participativo.

Este estudo está organizado em cinco capítulos, sendo eles: agronegócio e trabalho; referencial teórico; metodologia; resultados de campo e o quinto, e último, capítulo, as considerações finais.

No capítulo sobre agronegócio, a ênfase está na compreensão sobre as transformações decorrentes da nova lógica produtiva no setor agropecuário no Brasil com a introdução das novas tecnologias e do modelo agroindustrial. Desenvolve-se,

ainda, o tema específico do agronegócio no território do cerrado brasileiro e no município de Lagoa da Confusão; problematizam-se também as relações de vulnerabilidade que atingem os trabalhadores das fazendas produtoras de grãos.

No segundo capítulo apresenta-se o referencial teórico, cujos tópicos centrais são: trabalho precário; o campo da saúde do trabalhador e a vigilância em saúde do trabalhador; participação social e território. Esse aporte conceitual serviu de base tanto para a compreensão dos problemas da realidade, quanto para a análise das categorias empíricas. Adotou-se como pedra angular metodológica a perspectiva da tradição do materialismo histórico dialético, a qual supõe a produção de conhecimento e a ação como possibilidade histórica.

Na metodologia, descreve-se o método da pesquisa participante, o cenário de estudo e delineiam-se os procedimentos e as etapas de investigação. Além disso, relatam-se as reuniões sob os preceitos teóricos da “partilha dos saberes” (BRANDÃO, 2006, p. 09). Nessa seção, temos como principal propósito o registro e a análise da vivência do método. Pode-se, por meio da análise dos materiais resultantes de reuniões constatar os limites e as perspectivas dos processos de produção coletiva de conhecimento. Mostramos ainda, nesse capítulo, o quadro com a síntese do plano de vigilância em saúde do trabalhador do município, de caráter essencialmente participativo. Experimentou-se a participação social na vigilância em saúde do trabalhador enquanto política pública do SUS; nesta perspectiva, segundo Holliday (2006, p.266), a participação social poderá “compreender, intervir e transformar a realidade”.

Quanto ao capítulo referente aos resultados, obtivemos como categorias empíricas principais: política; trabalho precário; agronegócio; participação. O intento principal nessa seção é apresentar as categorias e os temas geradores do diálogo que surgiram durante as reuniões. Destarte, esses pontos foram recorrentes em todos os encontros, sendo significativos da realidade dos problemas locais.

Nas considerações finais, confirma-se que a metodologia participativa foi, de fato, uma estratégia válida para se alcançarem resultados, de modo democrático, e proporcionar interação entre participantes e pesquisadores; propiciou ainda reflexão crítica e um ambiente pedagógico de caráter emancipatório.

2. AGRONEGÓCIO E TRABALHO

O setor agropecuário no Brasil não ficou ileso às profundas transformações decorrentes da nova lógica produtiva que acarretou novos padrões na economia, como o agronegócio. Alguns autores referem-se a um novo paradigma agrário ou a uma "revolução no campo", derivada do sucesso financeiro obtido pelo agronegócio. O conceito de agronegócio representa, portanto, o enfoque moderno que considera todas as empresas que produzem, processam, e distribuem produtos agropecuários (LEITÃO; ROZEBAUN, 2006).

A nova modalidade de produção capitalista, com o fenômeno da economia global e a introdução das novas tecnologias no modelo agroindústria no setor agrícola brasileiro, tem provocado mudanças na forma de trabalho e consumo na agricultura. O modelo adotado, principalmente, com a mecanização e a monocultura determinou que a “industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades”. (Oliveira1994, p. 53), isto pode elucidar a migração da mão de obra de trabalhadores da agricultura atual, e também o modo de consumo, cada vez mais dependente do processo de industrialização.

Oliveira (1994) destaca, ainda, que a agricultura até o século XX priorizava a forma de produção com a utilização dos recursos naturais, como a utilização da força de trabalho direta, principalmente voltado para a agricultura de subsistência sem uso máquinas, combustíveis, ferramentas tecnológicas nem de substâncias químicas. Assim, no século XX, com o avanço do desenvolvimento econômico, a agricultura passou a se caracterizar pela utilização de máquinas pesadas e pelo grande uso de insumos; ou seja, a agricultura se modernizou, e isso trouxe várias consequências para a população bem como para o meio ambiente.

Observa-se, contudo, que entre as consequências sociais e ambientais decorrentes dos impactos degradantes gerados ao ecossistema pelo agronegócio e, por conseguinte à população, foi a classe trabalhadora a mais afetada.

Alves (2013) afirma que o modelo capitalista alterou a relação homem-técnica e que o homem se tornou um “apêndice de maquinaria”, devido, principalmente, às transformações ocorridas nas relações da força de trabalho e a precarização estrutural que a grande indústria vem provocando na classe trabalhadora.

Antunes (2005) complementa que essa nova configuração do trabalho assemelha-se à fase passada do capitalismo da revolução industrial, em que os

trabalhadores, desprovidos de coberturas de direitos do trabalho estável e de tutela contratual, se submetem a condições precárias sem direitos mínimos, como na forma da terceirização e dos trabalhos temporários. De acordo com o autor, trata-se de uma situação que vem se proliferando em todo mundo e atingindo trabalhadores indistintamente, não importando se pertencem à área rural ou urbana.

2.1 O AGRONEGÓCIO NO TERRITÓRIO DO CERRADO BRASILEIRO E NO MUNICÍPIO DE LAGOA DA CONFUSÃO

Batista e Souza (2012) ressaltam que, até o século XX, a região do cerrado era estigmatizada pela agricultura intensiva, por ser uma região pouco ocupada. Mas, devido à migração de grandes produtores, principalmente da região sul; com o uso da agricultura mecanizada e a justificativa da possibilidade de correção dos solos, o cerrado passa a ser “território do capital”. Desse modo, o agronegócio passa a suprir a participação dos pequenos produtores.

Nesta mesma linha, Funaro (2012) destaca que expansão do agronegócio em direção ao centro-oeste e norte do Brasil teve maior expressão nas décadas de 70 e 80, devido às políticas públicas voltadas para desenvolvimento regional. Assim, o cerrado passa a ser a fronteira agrícola em expansão para a agricultura moderna, principalmente devido às condições climáticas e topográficas das regiões.

Segundo Gonçalves (2004, p. 18), as condições topográficas planas e onduladas, típicas do cerrado, são o que propicia a grande expansão do agronegócio, “acrescido do fato de serem terras de uso comum das populações locais ou pertencentes a grandes fazendeiros criadores de gado”. O autor ainda resalta que esse modelo capitalista ignora as culturas locais dos povos tradicionais, provocando vários impactos socioambientais como desmatamento, desvio de rios para captação de água, redução da diversidade biológica e cultural, além do uso intensivo de agrotóxicos e todas as possíveis consequências que ele provoca no ecossistema.

Percebe-se que a inserção do agronegócio no território do cerrado brasileiro vem crescendo em ritmo intenso, principalmente com os projetos do Programa de Cooperação Nipo-brasileira para Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER, por meio da JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional), com o objetivo de incorporar terras do cerrado à produção agrícola, totalizando três programas. Esses programas

foram criados nos anos 70 pelos governos do Brasil e do Japão, com supervisão do Ministério da Agricultura e Abastecimento.

Segundo Rodrigues et al. (2001), esses programas eram regionais e tinham como objetivo o avanço tecnológico da agricultura voltada para exportação. O programa fazia a escolha dos agricultores que tinham capacidade para desenvolver uma agricultura baseada no conhecimento técnico-científico rural na região escolhida. O primeiro programa aconteceu em Minas Gerais, nos anos de 1979 a 1982, abrangendo 70 mil hectares de cerrado. Já o segundo programa deu-se nos estados de Goiás, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a partir de anos de 1985, atingindo uma área de mais de 200 mil hectares. O terceiro foi implantado nos estados do Maranhão e Tocantins, para intensificar a inserção da agricultura nesses estados, atingindo uma área de 81 mil hectares.

Rodrigues et al. (2006) previam as consequências do Prodecer III: “Pode-se esperar por um quadro de crescimento da produção nacional, porém se dará mais importância à melhoria da produtividade do que ao aumento indiscriminado da área do cultivo” (RODRIGUES ET AL, 2006, P.). Analisado também por Rodrigues et al. (2001), os autores afirmam que esse programa, embora tenha colaborado para o crescimento do estado de Tocantins, contribuiu para o quadro de pobreza urbana e exclusão social, com consequências na qualidade de vida da população. Por certo, o cerrado tocantinense vem sofrendo um acelerado processo de degradação ecossistêmica, pela expansão da agricultura e da pecuária, suportando impactos ambientais e sociais constitutivos decorrentes desse modelo de desenvolvimento.

Ressalta-se que os dados dos indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE (2012) apontam que o cerrado brasileiro continua sendo devastado pela prática do agronegócio. “Observa-se uma crescente pressão por expansão da fronteira agrícola sobre os cerrados e florestas do centro e do norte do país” (IBGE, 2012, P. 43).

Castilho e Castro (2006) enfatizam que as principais pressões sobre o cerrado são: “a expansão da fronteira agrícola, o crescimento não planejado das áreas urbanas e a destruição da vegetação nativa para a produção de carvão vegetal” (CASTILHO E CASTRO, 2006, p.15). Para Machado et al. (2004), o cerrado vai desaparecer até 2030, devido à degradação que vem sofrendo para produção do agronegócio. Isto evidencia que esse desmatamento é utilizado para produção florestal, principalmente para a monocultura do eucalipto; e agrícola, para a produção de grãos e cana de açúcar, entre outras culturas.

No que diz respeito ao governo do Tocantins, observa-se a predominância do modelo de incentivo fiscal à produção de grãos no Estado, como o Prodecer III, que fez com que se ampliasse a produção agroindustrial por meio do desígnio de incentivo fiscais, adotando a redução e/ou isenção de ICMS para as atividades industriais, comerciais e agropecuárias no estado (Tocantins, 2013).

Assim, houve a necessidade de investimentos de infraestrutura, como o término da ferrovia Norte-Sul, de modo a tornar mais ágil o escoamento da produção. Além disso, a conexão entre o estado de Tocantins com os portos de expansão do agronegócio – como o de Santos-SP, Açailândia-MA e Itaquí-MA – diminuiu o custo com o transporte da produção, uma vez que o transporte rodoviário acarreta um maior encargo financeiro.

O Ministério da Agricultura elaborou um estudo sobre o agronegócio no que diz respeito à safra de grãos do ano 2013, que foi avaliada em 184 a 186 milhões de toneladas, e também, projetou para onze anos o aumento de vinte e seis produtos do agronegócio, incluindo a produção de grãos (soja, arroz, milho, feijão). Esse estudo compreende tanto a área plantada quanto a produção, exportação e consumo desses alimentos e destaca que a “área de grãos deve aumentar 8,2% entre 2013 e 2023, passando de 53,0 milhões em 2012/2013 para 57,3 milhões em 2022/2023, o que corresponde a um acréscimo anual 0,7%”. O Tocantins está entre os cinco maiores estados brasileiros produtores de arroz e soja (BRASIL, 2013).

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), Lagoa da Confusão (TO) ocupa o décimo quarto lugar no ranking dos municípios brasileiros produtores de arroz. Tanto a projeção do Ministério da Agricultura como as informações do IBGE apontam que o Tocantins, principalmente Lagoa da Confusão, como um cenário propício para o agronegócio de grãos.

Contudo, Porto e Milanez (2009, p.1.984) destacam que o desenvolvimento econômico no Brasil é “ambientalmente insustentável e socialmente injusto” e afirmam que isso acontece devido a uma visão limitada de desenvolvimento que os grandes detentores do capital têm. Desta forma, sofrem-se as consequências do desrespeito à vida humana e ao ecossistema.

Gonçalves (2004) observa que esse processo de reprodução capitalista do agronegócio está ancorado em dois pilares, sendo o primeiro no uso de uma forma de produção exclusiva do capital que é a “supervalorização da ciência e das técnicas

ocidentais (que se querem universais) e o segundo na expansão das terras cultivadas, sobretudo em regiões onde as terras são baratas” GONÇALVES (2004, p. 22).

Para Pignattie Machado (2011, p. 246), “o agronegócio tem trazido benefícios financeiros para poucos (grandes empresas) e gerado impactos negativos à saúde e ao ambiente”. Os autores chamam a atenção, ainda, para o fato de que esta situação tem levado a se buscarem práticas de vigilância participativa e aplicação do princípio da precaução sobre as consequências que envolvem o agronegócio.

De acordo com Vasconcellos e Pignatti (2009), o modelo de agronegócio se contrapõe ao ideário de desenvolvimento sustentável local, pois ocasiona desagregação social e desconsidera as culturas locais, possibilitando novas situações de riscos ocupacionais e ambientais no território. Além disso, amplia a probabilidade de situações de risco à saúde de uma maneira geral.

De acordo com Boaventura Santos (2007, p. 80), existe uma forma de fascismo contratual presente no sistema de desenvolvimento atual, que faz com que a “parte mais fraca e vulnerabilizada, por não ter alternativas de contrato, aceita as condições que são impostas pela parte mais poderosa, por mais onerosa e despótica que sejam”. Para o autor, inegavelmente, este modelo de desenvolvimento favorece o processo de acumulação de riquezas em detrimento do humano.

Nessa linha de compreensão, Pessoa e Rigotto (2012) afirmam que, embora o agronegócio crie empregos, ele também pode ocasionar graves consequências sociais sobre as relações de produção, como a exploração do trabalho da população local e migrante. Ademais, as autoras mencionam, ainda, o problema da contaminação ambiental e seus impactos nefastos sobre a saúde humana, que causam mortes e morbidades devido, sobretudo, aos efeitos de intoxicações relacionadas ao uso de agrotóxicos, entre outros agravos.

Fornaro aponta que o agronegócio com toda sua ferocidade de imperiosa expansão de capital, tanto nacional quanto estrangeiro, está fazendo com que o pequeno agricultor se desfaça de suas terras: “acaba por entregar ao arrendamento e até mesmo vender suas terras para outros produtores rurais, mais capitalizados e geralmente produtores de commodities agrícolas”. (FORNARO, 2012, p.126). Verifica-se que a questão da relação capital e trabalho no agronegócio requer ações de intervenção por parte do poder público e setores organizados da sociedade.

Para Vasconcellos (2011, p. 61), no que se refere à dimensão coletiva, a relação entre saúde, trabalho e direito é imprescindível para instrumentalização da vida do trabalhador, no sentido maior da reprodução e produção da vida.

Antunes (1997) observa que as transformações ocorridas nas relações de trabalho se acirraram a partir da década de 80, e com isso passaram a existir novos padrões de busca de produtividade e novas formas de adequação desta à lógica de mercado, como o conceito de flexibilização da produção. Assim, evidencia-se um novo modelo de relações entre o homem e o trabalho na atual sociedade industrial, como o trabalho na agricultura.

Santos (2012) destaca as transformações que a agricultura vem passando, de uma concepção tradicional para moderna, lançando mão do exemplo da expansão das agroindústrias e da racionalidade do aumento da produção e do mínimo custo, como os recursos de mecanização. Segundo o autor, essas formas modernas de produção no campo têm provocado exclusão social, migração rural, concentração de renda e aumento das desigualdades e do desemprego. Ressalta-se ainda a crescente precarização das relações de trabalho, com as terceirizações da agricultura.

Para Antunes (2005) essa situação configura a “nova morfologia do trabalho”: assalariamento, terceirização e subcontratação dos trabalhadores urbanos e rurais. A precarização do trabalho firma-se, então, como uma hegemonia vigente do atual modelo capitalista baseado na desregulação das relações de trabalho, ao contrário das culturas dos sistemas fordista e toyotista.

De modo complementar, Fischer e Moreno (2004) realçam que todo trabalho representa a forma de inserção do homem na sociedade, através da mobilização de sua subjetividade e das relações sociais instituídas, que conseqüentemente irão refletir na sua saúde.

Na perspectiva filosófica do materialismo histórico, compreende-se que o trabalho está carregado de valor social e humano. Nesse sentido, Marques (2007) destaca que o significado de trabalho é algo além de sofrimento, castigo e penosidade, ou seja:

É mais nobre, pois engloba não somente a capacidade física da pessoa humana, mas também a intelectual, ambas relacionadas à prestação de serviço, desde que legítima e legal, pela contraprestação mediante remuneração. No entanto, para legitimar este significado de trabalho são condições de proteção à dignidade da pessoa humana, à vida e à saúde do trabalhador (MARQUES, 2007, p. 21).

A autora salienta ainda que o trabalho é vital e essencial à pessoa humana e que constitui uma necessidade ao homem, mas não uma luta para se viver. Observa-se com Leite (2008) que o trabalho pode ser realizado de forma prazerosa ou tortuosa: tortuosa, quando o trabalho se apresentar de forma precária, ocasionando riscos à saúde dos trabalhadores. Para a autora, trabalhadores em situação de vulnerabilidade e risco social tornam-se alijados, ficam fora da sociedade.

Percebe-se que o município de Lagoa da Confusão, ao adotar em sua política econômica local o modelo de desenvolvimento voltado para o agronegócio, muda a sua realidade, principalmente, na questão dos impactos à saúde pública, o que requer uma atuação da vigilância em saúde do trabalhador na perspectiva dos estudos participativos, na prevenção dos riscos e agravos.

De acordo com os dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Notificação de Agravos (SINAN), anos de 2007 a 2013, no que se refere à frequência de casos notificados em relação à saúde do trabalhador, o município da Lagoa da Confusão apresenta elevado número de acidentes graves (71), óbitos (07) e intoxicações exógenas relacionadas ao trabalho (17).

Ressalta-se que, ao se fazer uma análise de comparação da frequência em relação ao estado com o município de Lagoa da Confusão no mesmo período de 2007 a 2013, verifica-se que a evolução que o acidente grave ocasionou foi maior nesse município do que no estado. Eis os dados: evolução para cura, 23 casos; incapacidade temporária, 42; incapacidade parcial permanente, 05 e incapacidade total permanente 03; óbito por acidente, 08. Já em relação ao estado no mesmo período verificam-se taxas menores, em relação à população ocupada. Exemplos: cura, 1108 casos; incapacidade temporária, 3467; incapacidade parcial permanente, 456 e incapacidade total permanente 45; óbito por acidente, 400.

Realizou-se outra comparação em relação com os dados do SINAN com o censo do IBGE de 2010 quanto à população economicamente ocupada do estado (583.635 trabalhadores ocupados) e do município (4203 trabalhadores ocupados). Observa-se que a média do estado à taxa de incidência varia de 1,72 acidentes por mil trabalhadores, enquanto a média da Lagoa da Confusão varia de 2,141 acidentes por mil trabalhadores. Destaca-se ainda que há uma significativa subnotificação nestes em relação a esses dados.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 TRABALHO PRECÁRIO

O atual cenário da produção capitalista globalizada produz mudanças econômicas e sociais, no mundo do trabalho, fazendo com que este perca sua essência, enquanto que o capital apresenta-se como algo natural na sua busca de acumulação de riquezas. Nesse sentido, Alves (2013) mostra que modernização administrativa e econômica do capital sob a denominação de “flexível” se materializa em privatizações e desregulamentações das leis trabalhistas. O autor enfatiza que a precarização do trabalho é uma “condição sociocultural” do capital global, num contexto de superexploração da força de trabalho, em que se privilegia a estrutura financeira e econômica das nações. Outra marca do capital global, para Alves (2013) é a “instabilidade crônica, estrutural e sistêmica.” Enfim, o autor define o capitalismo global como “capitalismo do sociometabolismo da barbárie e das novas formas de irracionalismo e estranhamento social” (ALVES, 2013, p. 39).

Antunes (2005) reforça que o atual sistema capitalista apresenta o mesmo ritmo da fase pré-capitalista e é marcado pelas mesmas mazelas sociais do mundo do trabalho. O autor traz à baila a questão da perda dos direitos sociais conquistados pela luta dos movimentos populares e afirma que os movimentos sociais estão passando por um desmonte, com o novo padrão produtivo do capital que agencia a terceirização e um conjunto de condições perversas, como: jornada de trabalho extensa, baixos salários, péssimas condições de trabalho, perda de direitos trabalhistas, desemprego, entre outras. De forma complementar, Breilh (2008, p. 162) realça que o capitalismo atual segue as mesmas tradições do início da sua história, suscitando o “mesmo tipo de depredação radical” e tendo como compensação algumas concessões sociais, contudo através de mediações violenta de acumulação.

Segundo Negri (2011, p. 41), a “acumulação flexível se pauta numa renovada tecnologia que passa pela organização de novos setores de produção, seguindo até a transformação dos mercados, das organizações e dos serviços financeiros”. Um dos principais impactos na nova organização do trabalho dentro da reestruturação produtiva é a mudança no perfil da força de trabalho, uma vez que várias funções desapareceram e

outras surgiram, o que resultou na exclusão de segmentos de trabalhadores formais que passaram para o trabalho informal sem ter acesso à cobertura dos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas.

Castel (2002) tece comentários, nesse mesmo sentido. Para o autor, o atual cenário do capitalismo globalizado leva a classe trabalhadora à perda de direitos sociais, tornando-a refém dos regimes econômicos autoritários, mascarados de democráticos, que pouco a pouco vão subtraindo nitidamente seus direitos. Consequentemente, verifica-se um processo de acumulação capitalista com a manutenção e a centralidade da propriedade privada.

Alves (2007) participa da acepção segundo a qual a reestruturação sistêmica do capitalismo vem por meio de processo histórico, gerando um largo espectro de precariedade social no trabalho vivo. Assim, o autor reforça que a precariedade é uma condição “histórica ontológica da força de trabalho como mercadoria”, sendo um “processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho” (ALVES, 2007, p. 114).

Nesse mesmo caminho, Dejours (2007, p. 51) expõe alguns efeitos da precarização sobre a subjetividade dos trabalhadores: o primeiro, a intensificação do trabalho e o aumento do sofrimento subjetivo; a segunda implicação, a neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, contra a dominação e a alienação; já a terceira consequência seria a estratégia do silêncio, da cegueira e da surdez. Pois cada um deve antes de tudo se preocupar em “resistir” [...] para resistir, portanto, convém fechar os olhos e os ouvidos ao sofrimento e à injustiça infligidos a outrem; o quarto efeito estaria relacionado à ameaça de demissão, que é o individualismo (“cada um por si”).

3.2 O CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR E A VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

Entende-se como necessária uma concepção dialética a respeito de questões relacionadas ao campo da saúde do trabalhador, por meio da apreensão crítica do atual cenário econômico e social do mundo do trabalho, em que ganham destaque temas que envolvem a precarização das relações de trabalho, condições de emprego, incorporação de novas tecnologias, reestruturação da produção, trabalho, saúde, direito e ambiente (VASCONCELLOS; OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Minayo-Gomez (2011), no Brasil, o campo da saúde do trabalhador tem como marco de origem a década de 80 do século XX, em uma conjuntura política de organização e de lutas pela redemocratização do país, em que vários atores sociais coletivos convergiam no questionamento das concepções e das políticas públicas até então vigentes. Ressalta-se que uma das premissas fundamentais que nortearam a institucionalização desse novo paradigma sobre a relação saúde e trabalho é a ideia do estímulo à participação social na política pública.

No tocante aos fatos históricos, vale lembrar a importante influência da reforma sanitária brasileira que teve como uma de suas matrizes históricas e políticas a experiência italiana de luta por ambientes de trabalho saudáveis (ODDONE et al., 1986). Essa experiência ficou conhecida como Modelo Operário Italiano (MOI).

De acordo com Laurel e Noriega (1987, p.83), o MOI é um método de produção de conhecimento para a ação operária. Este instrumento prático permitiu a dezena de milhares de trabalhadores investigarem, eles próprios, seus centros de trabalho e lutar pela sua transformação. Nessa proposta metodológica, o trabalhador é o “sujeito e o condutor do processo de investigação, sendo a experiência operária coletiva a principal fonte de conhecimento”.

No MOI existe um pressuposto teórico essencial, qual seja: o “saber operário” e o conhecimento técnico devem caminhar juntos para estabelecer e garantir ambientes e processos de trabalho saudáveis, assim como preconizava Oddone e colaboradores (2006). Essa acepção tem por base o pensamento de Gramsci (2006), segundo o qual todos os homens são filósofos, no sentido de serem detentores de uma visão própria e autônoma de mundo que deve ser estimulada. No enfoque gramsciano, não há separação entre o trabalho manual e o intelectual; entre concepção e execução do trabalho.

Segundo Paiva e Vasconcellos (2011), o MOI é um modelo de investigação participativa que surgiu na Itália inspirado no pensamento de Gramsci e constitui-se como importante referência na formulação de uma cultura democrática operária; semeou um cenário favorável para reconhecimento de um saber operário, eixo estruturador das reivindicações e da “não delegação” da saúde (PAIVA; VASCONCELOS, 2011, p. 375).

Para Souza (2011), o MOI é antes um modelo formativo de produção compartilhada de conhecimento entre trabalhadores e pesquisadores, sob o enfoque da relação entre a saúde e o trabalho. De acordo com a autora, o MOI reafirma elementos universais de formação de trabalhadores. Além disso, confere importante densidade

política à formação, firmando-se como movimento cultural, e parte do movimento de reforma sanitária italiana.

Deste modo, podemos afirmar que o MOI institui-se como uma importante referência teórica e metodológica aos processos de formação coletiva e participativa no campo da saúde do trabalhador, pois contribui para que os trabalhadores se tornem sujeitos ativos do processo de vigilância a respeito da saúde do trabalho.

Costa et al. (2013) expõe que os objetivos e a finalidade do campo da saúde do trabalhador é o “modo de agir integrador que inclui a promoção, a prevenção e a assistência, tendo o trabalhador, individual e coletivo, como sujeito de um processo de mudanças”. Com isso, a categoria trabalho deve ser considerada como determinante social nos espaços interdisciplinar e pluri-institucional (COSTA et al. 2013, p. 12).

Quanto ao campo da vigilância em saúde do trabalhador, Vasconcellos e Machado (2009) desenvolvem a tese segundo a qual este campo se estrutura por meio da compreensão e da intervenção nas relações de trabalho e saúde, partindo da concepção de processo de trabalho como centro nucleador de análise, e a participação dos trabalhadores como vertente teórica e política. Para esses autores, a vigilância em saúde do trabalhador é “um processo que articula saberes e práticas de controle e intervenção sobre os problemas que causam danos (agravos) relacionados aos processos de trabalho, aos ambientes de trabalho e às condições em que o trabalho se realiza” (VASCONCELLOS; MACHADO, 2009, p. 96).

De acordo com o Ministério da Saúde – designadamente a Portaria GM/MS nº 3252/09 (Brasil, 2009) –, a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) constitui-se como um dos componentes da vigilância em saúde e tem como objetivo (descrito na Secção I da Vigilância em Saúde, inciso V) “a promoção da saúde e a redução da morbimortalidade da população trabalhadora, por meio da integração de ações que intervenham nos agravos e seus determinantes decorrentes dos modelos de desenvolvimento e processos produtivos” (BRASIL, 2009, p. 3).

Complementarmente, mencionamos mais uma vez o texto da PNSTT (Brasil, 2012). Nele, especificamente o seu artigo oitavo reforça que a vigilância em saúde do trabalhador é parte integrante das vigilâncias em saúde, tendo como objeto “a relação da saúde com o ambiente e os processos de trabalho, abordada por práticas sanitárias desenvolvidas com a participação dos trabalhadores em todas as suas etapas” (BRASIL, 2012, p. 2).

Sem dúvida, a VISAT possui como proposta fundamental a articulação de diferentes áreas de conhecimento, pela prática da interdisciplinaridade; além da integração de diversos setores, pelo exercício da intersetorialidade, com objetivo de gerar informação para ação e intervenção nos processos e nas condições e ambientes de trabalho.

Na afirmação de Pinheiros et al. (2009), a vigilância em saúde do trabalhador se distingue das vigilâncias e de outras disciplinas do campo da relação trabalho-saúde pela delimitação de seu objeto específico no que se refere à investigação e ao modo de intervenção na relação entre o processo de trabalho e a saúde. Dessa forma, a participação e o controle social no processo de construção da política de vigilância local é um meio de garantir que haja transformações das ações de vigilância em saúde do trabalhador.

Nessa perspectiva, Minayo-Gomez e Minayo (2006) destacam que a participação social representa a participação integrada de todos os atores sociais na construção do conhecimento e dos problemas, como possibilidade de redefinições das relações sociais.

Machado (2011) esclarece que não há vigilância em saúde do trabalhador sem a participação social dos trabalhadores nas ações. Trata-se, portanto, de uma prerrogativa do campo. Assim, segundo o autor, as práticas de VISAT devem ser construídas num processo relacional, “de costura contínua de interesses mútuos, sem perder a direcionalidade dada pelo processo de promoção da saúde” (MACHADO, 2011, p. 74).

De acordo com Breilh (2003), para haver um processo democrático e emancipatório na perspectiva da equidade em saúde, devem-se considerar todos os conhecimentos e saberes do senso comum, da academia e da sociedade. Parece acertada, portanto, a afirmação segundo a qual a vigilância em saúde, e principalmente a do trabalhador, tem como princípio teórico e metodológico a intervenção, com vistas à solução dos problemas sobre bases democráticas e participativas, bem como um movimento de articulação setorial no nível local.

Costa et al. (2013) enfatizam que a vigilância em saúde do trabalhador tem como principal estratégia a “intervenção sobre os determinantes dos agravos à saúde dos trabalhadores sob a égide do campo da ST”, tendo como sustentação a promoção, a prevenção e a assistência como um tripé programático. Os autores ressaltam, porém,

que faltam iniciativas de caráter integrador para que se efetive verdadeiramente a vigilância numa perspectiva intersetorial (COSTA et al., 2013, p. 12).

Machado (1997) explica que a vigilância em saúde do trabalhador deve estabelecer conexões intersetoriais com toda rede do SUS, do trabalho e da previdência, mas sem conflitos de identidade quanto ao modelo de vigilância adotado. Para o autor, o campo da vigilância em saúde do trabalhador deve atuar de maneira a fortalecer a interdisciplinaridade e a intervenção nos ambientes e processos de trabalho, com ênfase na interlocução com o controle social.

3.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E TERRITÓRIO

Consideremos a concepção de “território” e de “lugar” como importante referência teórica aos estudos de vigilância locais e de participação social. Para Milton Santos (2010), a história concreta do nosso tempo repõe a questão do “lugar” numa posição central. Nele, cooperação e conflito são a base da vida cotidiana. “No lugar, a política se territorializa, no confronto entre organização e espontaneidade e se torna palco insubstituível da criatividade” (SANTOS, 2010, p. 592). Destarte, Milton Santos enfatiza a necessidade de conjunção de forças (sociais) existentes em um dado momento, no lugar, para a produção de uma nova história.

Rivera e Artmam (2009) reforçam que uma das formas de validar uma nova prática da vigilância seria por meio da escuta da cultura local, como estratégia de solução para intervenção sobre os problemas. Deste modo, se viabilizaria um compromisso com todos os atores responsáveis para estabelecimento de ações em conjunto para solução dos problemas. Logo, a participação popular (controle social) impulsionaria as mudanças desejadas na vigilância. Pois, como afirma Castellanos (1997), a função política de compartilhamento de um projeto social coletivo é a formação do ator social coletivo.

Vasconcellos (2007) afirma que as estratégias operacionais e de intervenção sobre a relação saúde-trabalho devem levar em consideração as articulações intersetoriais e sociais. De forma complementar, Oliveira e Vasconcellos (2008) afirmam que a Política Nacional de Saúde do Trabalhador (PNST), enquanto parte da política do setor saúde, está submetida a um movimento real e concreto de forças sociais, cuja expressão se intensifica na dinâmica das variáveis conjunturais presentes na relação entre Estado e Sociedade Civil.

Nessa vertente, a saúde do trabalhador deve aprofundar experiências de ação intersetorial, que, segundo Aerts et al. (2004), pode ser definida como a articulação de saberes e experiências na identificação participativa de problemas coletivos, nas decisões integradas sobre políticas e investimentos, com o objetivo de obter retornos sociais na perspectiva da inclusão social e superação do modelo de desenvolvimento socioeconômico atualmente vigente. Lembre-se que, na saúde do trabalhador, a estratégia de participação social e da comunidade nas ações são garantidas na Constituição de 1988 e na Lei Orgânica de saúde (BRASIL, 1990a). Ammann (1980, p. 61) afirma que participação social é o “processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada visando o controle social”. De acordo com Simionatto e Nogueira (2001, p. 44), a participação possibilita a

Inovação metodológica, pois confere maior compromisso e legitimidade às ações de um amplo setores de atores sociais, incluindo ONGs, governos locais, nacionais e internacionais, organizações comunitárias, redes sociais informais, setor privado, sindicatos e grupos organizados diversos.

Convém lembrar que, para o campo da teoria política, a democracia participativa exalta, como tarefa maior, a maximização do engajamento ativo dos cidadãos e do fortalecimento das relações de solidariedade (CUNNIGHAM, 2009). Para Boaventura Santos (2001), a solidariedade como forma de conhecimento é o reconhecimento do outro como igual. Mas também, para o autor, torna-se um desafio conhecer e ao mesmo tempo criar solidariedade. Então, complementarmente, com Brandão (2006), entendemos que as modalidades de políticas participativas são formas coletivas e pedagógicas de se produzir conhecimento para ação e transformação da realidade.

Fleury (2010) destaca que para o aprofundamento da democracia é indispensável à transformação e à emancipação das pessoas em sujeitos políticos. A educação participativa permite a construção de novas identidades, respeitando-se a universalidade e a diversidade, que serão aplicadas tanto na vida individual quanto na coletiva.

Fedozzi (2010) ressalta a participação social como prática inovadora de democracia participativa. Complementarmente, Avritzer (2009, p. 112), com base na declaração universal dos direitos humanos, reforça que “participação social é um

processo educativo-pedagógico” e que os participantes podem construir atitudes que visem à transformação e à construção da identidade de sujeitos coletivos no reconhecimento de direitos democráticos.

Desta forma, a ideia de “controle social”, segundo Minayo-Gomez (2009, p. 10), “é concebida, na política pública brasileira, como um instrumento de vigilância, de ação e de intervenção por parte dos segmentos organizados da sociedade civil sobre as ações do Estado”. O autor destaca ainda que se trata de um novo tipo de relacionamento entre estado e sociedade.

Para Campos (2006), o controle social é um componente importante no ajustamento da esfera pública, cujo requisito central é a existência de sujeitos coletivos dotados de autonomia e representatividade legítima. Ademais, para o autor, a dimensão do controle social “como processo político investe os atores da sociedade de prerrogativas para intervir propositivamente na agenda do governo” (CAMPOS, 2006, p. 105). Destacamos ainda que, de acordo com esse mesmo autor, o controle social envolve uma dimensão ética, por ser capaz de diminuir as desigualdades e promover a justiça social por meio de práticas pedagógicas de formação de cidadãos para maior integração sociopolítica.

Nesta mesma linhagem de pensamento, Martini et al. (2007) observam que os espaços de participação social são instâncias legítimas de representação de interesses da sociedade civil. E, por serem legitimados pelo poder público, devem realizar ações efetivas com vistas à concretização do controle social na saúde.

Para Bravo e Correia (2012), a participação social na área da saúde é resultado de um longo processo de lutas sociais em torno do direito à saúde e que aconteceu no bojo do movimento de reforma sanitária brasileira. As autoras ressaltam que a efetivação do controle social na saúde está para além da atuação dos segmentos sociais no espaço institucional dos conselhos, demandando a articulação das forças políticas que representam os interesses das “classes subalternas” em torno de um projeto para a sociedade, que tenha como horizonte o rompimento com a sociabilidade do capital (BRAVO; CORREIA, 2012).

Silva et al. (2012) consideram que a participação popular no âmbito do sistema público de saúde traz uma força imprescindível para uma “mudança social” e contribui para “fazer sair do papel” o que foi conquistado pelo movimento da reforma sanitária. Nesse sentido, na ideia de mudança está presente a necessidade de se ter agentes de transformação participando do controle social (SILVA et al., 2012).

Além disso, uma importante e atual referência na literatura a respeito do tema “participação”, no Brasil, são os estudos sobre Instituições Participativas (IP). Entende-se por IP “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas” (AVRITZER, 2008, p. 1).

No plano teórico-metodológico, trata-se de investigações que contribuem com a identificação empírica de elementos de práticas participativas que envolvem instituições públicas e atores da sociedade civil. Segundo essa perspectiva, a ideia de participação ganha grande impulso devido às características endógenas nacionais, tais como o ativismo dos movimentos sociais no processo de redemocratização e os arranjos institucionais criados a partir da Constituição de 1988 (AVRITZER, 2011; FONSECA, 2011). De acordo com Tatagiba (2011), os estudos sobre IP referem-se à configuração dos movimentos sociais e suas relações com o sistema político.

4. METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido no município de Lagoa da Confusão e adotou a vertente da pesquisa social, dos estudos qualitativos, e o enfoque da pesquisa participante, que, segundo Brandão, possibilita “a produção coletiva de conhecimentos em torno de vivências, interesse e necessidade de grupos” (BRANDÃO, 1987, p.16).

A ideia central da pesquisa participante é que o pesquisador parte de uma inquietação de transformar conhecimentos em mecanismos instrumentalizadores para mudanças sociais. Ele parte de uma realidade crítica como objeto de pesquisa e coloca o conhecimento a serviço da mudança. Dessa forma prioriza o envolvimento dos sujeitos na pesquisa. Como proposta metodológica, pode gerar processo de autodiagnóstico, teorização e sistematização para ação realizada rigorosamente pelos próprios participantes e conduzida no formato democrático pelo facilitador pedagógico do processo (HURTADO, 2006, p. 199).

Segundo Brandão e Streck (2006), na pesquisa participante, o processo de conhecimento caminha paralelo com a transformação da realidade; contribui para a construção do conhecimento social aproximando academia e movimentos sociais. Cabe ressaltar, por conseguinte, que esta modalidade de pesquisa se propõe a combinar respostas teóricas com a geração de propostas de ação política em uma perspectiva pedagógica de diálogo sobre os problemas investigados.

A pesquisa participante opõe-se ao paradigma da ciência positivista e à ideia de neutralidade nos processos de produção de conhecimento; caracteriza-se ainda pela inserção do pesquisador na realidade social, trabalhando ou até vivendo em conjunto com os pesquisados (SILVA, 2006).

Enquanto pesquisa social, a pesquisa participante permitiu desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares. Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna de grupo ou do processo em estudo (MINAYO, 2008). Nessa mesma linha, Brandão (1997) destaca que as etapas de investigação dependem de um esforço coletivo para analisar e propor estruturação de ações.

Complementarmente, adotamos como base de investigação o enfoque da educação popular (FREIRE, 1977; 1988). Para Guida et al. (2012), o encontro profícuo entre a educação popular e a vertente da pesquisa participante – no que diz respeito ao

seu caráter transformador e a sua vocação emancipatória, possibilitando que uma investigação social produza conhecimento de forma compartilhada e sirva instrumentalmente aos movimentos populares – contribui para a fundamentação pedagógica da pesquisa participativa, conciliando interpretação crítica (filosófica) e ação política como momentos inseparáveis do processo de pesquisa, contrapondo-se à epistemologia positivista e binária, que postula a separação entre os polos do conhecimento (pesquisador/pesquisado e teoria/prática).

"Em uma pesquisa de cunho pedagógico, adota-se o diálogo como relação fundamental" (Brandão; Streck, 2006, p.13). O *diálogo*, no paradigma da educação popular e dos estudos participativos, mais do que se constituir como pedra angular da relação pedagógica da pesquisa, possibilita a apreensão dos dados de investigação. É possível, a partir do conteúdo do diálogo, a identificação de *temas* que são matérias para a análise interpretativa das falas. Nessa linha de compreensão, os grupos de discussão são fontes de conhecimento e fornecem dados a serem objetos de *admiração* e de interpretação crítica, conferindo uma conotação epistemológica ao diálogo (FREIRE, 1977; GUIDA et al., 2012).

No caso deste estudo foram feitas quatro reuniões, com os participantes de representações institucionais e sociais nos meses de agosto a setembro, os quais identificaram-se, nas reuniões, as temáticas geradoras (FREIRE, 1988) do diálogo a respeito dos impactos do agronegócio à saúde dos trabalhadores e seus efeitos no ecossistema e de ações locais de vigilância em saúde do trabalhador. Assim, a fala e o ponto de vista dos trabalhadores participantes do processo de pesquisa foram matéria-prima de análise e de interpretação (qualitativa) da situação. Cabe ainda a observação de que utilizamos um roteiro de questões que serviu como guia ao debate nos grupos. Logo, na primeira reunião definimos, de modo participativo, os temas centrais das reuniões seguintes.

4.1 CENÁRIO DE ESTUDO

O território do estado de Tocantins é composto por uma população estimada de 1.373.551 habitantes (IBGE; 2010), distribuídos em 139 municípios, dentre estes, o município de Lagoa da Confusão. Este município localiza-se na região sudeste do Estado, faz parte do Parque Nacional do Araguaia, com área geográfica de 10.800km². Apresenta uma população fixa, estimada, de 10.600 habitantes e uma população

flutuante de aproximadamente 40 mil/ano. Cabe mencionarmos que, nesse território, existem comunidades indígenas e um assentamento rural.

Quanto à política econômica local, adota-se um modelo de desenvolvimento voltado, principalmente, para os ramos do ecoturismo e do agronegócio, sendo considerado um dos municípios com maior potencial de produção de grãos do Estado.

De acordo com informações (site) da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Tocantins, o município de Lagoa da Confusão é o maior produtor de arroz irrigado, com área plantada de 29 mil hectares e produção de mais de 147 mil toneladas (safra 2012/2013); o município é também referência na produção de melancia, ocupando uma área de 3,6 mil hectares, com expectativa para esta safra de 90 mil toneladas (TOCANTINS, 2012a).

Nesse sentido, o estado do Tocantins é considerado uns dos cinco estados que produzem grãos, principalmente o arroz. Os municípios maiores produtores são Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia, Pium, Dueré e Cristalândia, que são responsáveis pela maioria da produção e também por gerar vários empregos diretos e indiretos. Segundo informações do sindicato de todos os produtores de Lagoa da Confusão (www.planetaarroz.com.br), vários desses empregos têm sido gerados nos períodos de plantação e colheita dos grãos. As informações do sindicato dos produtores estão de acordo com o relatório MADS de 2011/2012 e 2021/2022.

O estado do Tocantins localiza-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a floresta Amazônica, o que proporciona uma mistura de riqueza de biomas naturais própria para a agricultura. A região de Lagoa da Confusão é cercada por áreas protegidas, como unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável e terras indígenas, na ilha do Bananal, considerada a maior ilha fluvial do mundo. Esta região apresenta clima semiárido e é banhada por várias bacias hidrográficas, como os rios Araguaia, Javaés, Formoso, Urubu entre outros, caracterizando-se como local propício para plantação de várzeas e irrigação de grãos, o que torna o município um atrativo para os investidores nacionais e internacionais.

Na região em torno do Parque Nacional do Araguaia (ilha do Bananal), foi implantado o maior projeto de irrigação da América Latina, o “Projeto Formoso” localizado no Vale do Javaés, nos anos 70, envolvendo os municípios de Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia, Cristalândia, Dueré e Pium, com uma área de 25 mil hectares e a produção de 148 mil toneladas de grãos. Registre-se ainda que nesta área é

utilizado agrotóxico em larga escala e que, normalmente, é carregado pelas águas das chuvas para a malha hídrica. (BRASIL – 2001 – IBAMA).

Ressalta-se que a Secretaria de Estado de Saúde do Tocantins, por meio da coordenação de vigilância ambiental e saúde do trabalhador, realizou nos anos 2012 e 2013 um levantamento dos agrotóxicos utilizados nas principais áreas agrícolas do Tocantins, particularmente no agronegócio. Identificaram-se duzentos e vinte e dois tipos de agrotóxicos das classes de inseticida, acaricidas, fungicidas, herbicidas, a exemplo abamectin, acefato, tebuconazole, betazona, entre outros.

Nos anos de 1990, o governo federal lançou o Projeto de Agricultura Javaés na bacia hidrográfica do rio Araguaia nos estados de Goiás e Tocantins, considerada a maior área contínua. No Tocantins, o projeto abrangeria 220 mil hectares, distribuído em seis subprojetos: Mesopotâmia, Xavante, Pium, Dueré, Urubu e Riozinho, no plano estadual (Tocantins, 2007, p.22). Segundo estimativa da Secretaria de Agricultura, o Tocantins está em primeiro lugar da região em crescimento de área cultivada em grãos.

Destaque-se que o estado do Tocantins, por meio do programa pró-indústria de incentivo à viabilidade econômica e financeira para produção e comercialização em lavouras, teve isenção de ICMS para os investimentos locais. (TOCANTINS, 2013).

A Lagoa da Confusão é considerada um dos maiores polos em potencial turístico do estado. Isto se deve à beleza da lagoa em torno da qual ergue-se a cidade e, ainda, a uma atração especial: uma grande pedra no meio da lagoa que, curiosamente, parece flutuar e mudar de lugar conforme o ângulo do qual é vista. Também atrai o turismo por ser portal de acesso para a ilha do Bananal.

A história do nome Lagoa da Confusão está relacionada à chegada das primeiras famílias, em 1933, devido à visão que tiveram da imensa lagoa azul, que era protegida por pântanos e serras, o que dificultava o acesso das pessoas à lagoa. Essas dificuldades geraram muitas confusões, o povoado que pertencia ao município de Cristalândia foi denominado Lagoa da Confusão e, com sua emancipação em 1991, continuou adotando o mesmo nome (TOCANTINS, 2013).

Contudo, além do grande potencial turístico, o município desenvolve outras atividades econômicas, como a exploração de jazidas de calcário, a agricultura irrigada e a criação de bovinos. No âmbito das atividades industriais, possui usinas de calcário, brita e beneficiamento de arroz. Mencione-se também que o município ocupa o lugar de segundo maior produtor de grãos do Estado. O “mapa do uso da terra de 2012” de

Lagoa da Confusão mostra região segundo a classificação da produção agrícola (disponibilizado pela Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins- SEPLAN).

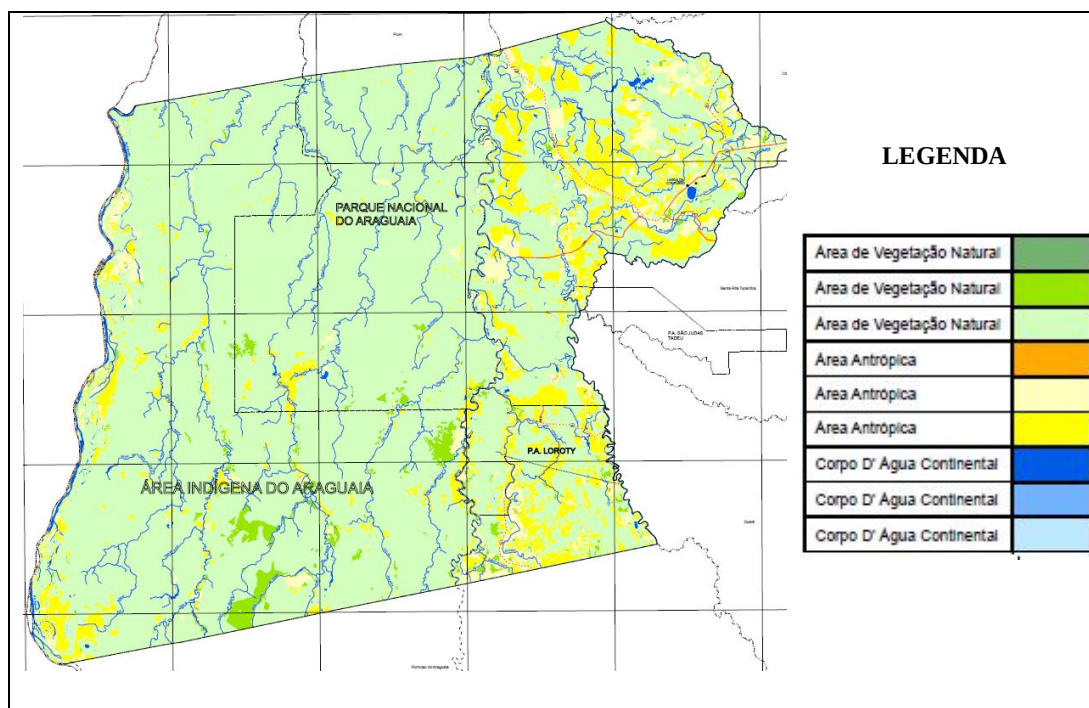


Figura 1: Mapa do uso da Terra de Lagoa da Confusão

Fonte: http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/download/ZEE/TO_Mapas_Dinamica_Cob_Uso_pdf

No que tange à área rural do município, alguns aspectos são importantes de serem citados, como a existência de um assentamento com uma população estimada pelo IBGE (2010) de aproximadamente 307 famílias; vinte e seis fazendas com pistas de avião para uso de pulverização de agrotóxicos e uma empresa terceirizada para realizar as pulverizações das áreas, conforme mapa geoprocessamento da fazenda Dallaporta (2012).

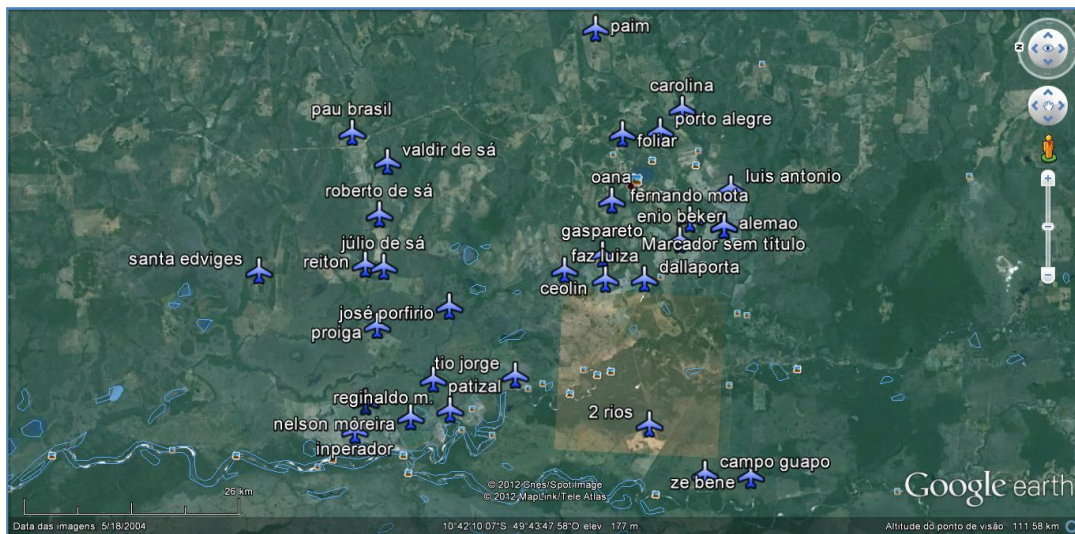


Figura 2: Identificação por geoprocessamento das pistas de avião para pulverização nas fazendas do agronegócio de Lagoa da Confusão. Google earth fazenda Dallaporta Lagoa da Confusão.

Dados do IBGE-2011 apontam que há no município 152 unidades de empresas atuantes em vários ramos, desde restaurantes, supermercados e hotéis a silos, entre outros.

O Sistema Único de Saúde – SUS em Lagoa da Confusão apresenta a seguinte estrutura: um hospital municipal de pequeno porte, com capacidade de vinte leitos, três equipes do Programa de Saúde da Família – PSF, sendo uma equipe rural. Segundo informações da gestão do SUS municipal, a respeito das fazendas produtoras de grãos, estas têm originado um grande fluxo de atendimento aos trabalhadores. Já as metas de atendimento da comunidade local não conseguem ser atingidas, pois a estrutura local do SUS encontra-se sucateada.

No que diz respeito à degradação ambiental, nos termos da lei, as empresas, durante o processo de licenciamento ambiental, devem elaborar estudos ambientais que descrevam a realidade local e prevejam os impactos a serem causados com a implantação da atividade, de modo a propor medidas que reduzam ao máximo possível tal degradação nos meios físico, biótico, cultural e socioeconômico, o qual inclui a saúde, e que garanta a compensação dos danos. No decurso deste estudo, observou-se a falta de informação dos gestores a respeito da legislação ambiental vigente.

4.2 ANÁLISE DOS MATERIAIS

As reuniões foram gravadas e transcritas, sendo que o material advindo das reuniões foi analisado pela técnica de análise do discurso, que segue uma tradição dos estudos argumentativos e interpretativos.

Segundo Gill (2003), o discurso é “uma forma de ação” e uma “prática social”; através da análise de discurso, “pode-se ver a vida social como sendo caracterizada por conflitos de vários tipos” (GILL, 2003, p. 250).

Além disso, apoiamo-nos na ideia de “temas geradores” para categorização dos materiais (FREIRE, 1988), que podem ser compreendidos como unidades de registro primárias para a análise qualitativa do conteúdo das discussões.

Para Guida et al. (2012), diferentemente dos enfoques tradicionais de pesquisa qualitativa, na perspectiva freireana de produção de conhecimento, é o próprio grupo que elege os *temas* para aprofundamento no decurso do diálogo. Os temas surgem espontaneamente, não existindo um roteiro prescrito de questões ou um ordenamento de perguntas a ser aplicado, ou seja, a partir do conteúdo do diálogo, há a identificação de *temas* que são matérias para a análise interpretativa das falas. Os temas levantados são denominados “temas geradores” Freire (1988), que podem ser compreendidos como unidades de registro primárias para a análise qualitativa do conteúdo das discussões.

Trata-se de uma tarefa interpretativa pela análise da enunciação. Minayo (2010, p. 204) ressalta que a fala é reveladora e que transmite as representações grupais, em condições histórica, socioeconômica e culturais específicas, “o que torna o trabalho internacional um instrumento”. Da mesma forma, Minayo (2008) afirma que os temas (na pesquisa qualitativa) são unidades de registros em torno das quais se realizam reflexões.

Minayo (2010, p. 203) destaca que a forma como o pesquisador realiza o trabalho de campo revela “as preocupações científicas dos pesquisadores, que selecionam tantos os fatos a serem observados, coletados e compreendidos”. Assim, o campo da pesquisa social é uma interação de conhecimentos que interferem na realidade. Mas não há neutralidade do pesquisador.

Dessa forma, a análise do discurso nas pesquisas sociais, conforme Minayo (2010, p. 318), tem como finalidade trabalhar a linguagem como “discurso político ou erudito articulando com a teoria das formações sociais, de suas transformações e também das ideologias; como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação e como teoria da determinação históricas dos processos semânticos”. Assim,

a análise do discurso busca de forma crítica problematizar reflexões entre o tema, o objeto teórico e o empírico.

Quanto aos aspectos éticos, foi feito um termo de consentimento livre e esclarecido aos participantes da pesquisa; conforme resolução do CNS - Conselho Nacional de Saúde nº. 196, de 10 de outubro de 1996. Os resultados serão divulgados aos atores sociais e às instituições do Estado e de ensino.

4.3 DEVOLUÇÃO SISTEMÁTICA DOS DADOS

Ao final deste estudo, após análise dos dados e defesa pública da dissertação, pretende-se realizar uma reunião com o formato clássico de "devolução" que não coube no processo de construção compartilhada em grupo, no município de Lagoa da Confusão, para apresentação e discussão dos resultados.

4.4 PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Realizaram-se quatro reuniões nos seguintes espaços no município: primeira reunião, Centro de Convenções do município de Lagoa da Confusão, que é um espaço criado pela prefeitura para promoção de eventos; segunda reunião, Colégio Estadual de Lagoa da Confusão; a terceira e a quarta reuniões foram realizadas na sala do Conselho Municipal de Saúde. Os ambientes das reuniões foram preparados previamente, organizando a disposição das cadeiras em círculos, propiciando um diálogo "circular" no grupo Freire (1988), de modo a permitir um processo democrático de debate. Reuniram-se entre 7 a 11 pessoas, de modo a se respeitar a ideia de constituição de grupos participativos, no qual todos tinham direito ao uso da palavra. Isso porque, de acordo com Brandão (1987), um dos pressupostos básicos dos estilos participativos de investigação e ação educacional é o trabalho com grupos em geral, e com organizações populares em particular.

A seleção dos participantes de representação do controle social foi realizado um levantamento via federação dos trabalhadores rurais do Estado quanto aos movimentos sociais que tinham no município e que atuavam na área rural, meio ambiente, além dos conselhos municipais de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar. Após levantamento realizou-se contato via telefônica ou pessoalmente, e entregue a carta convite pessoalmente para participarem da pesquisa.

Já a seleção dos participantes das instituições pública foi realizada convite pessoalmente às instituições públicas como: a secretaria municipal de saúde, secretaria municipal de educação, ministério público local, superintendência regional do trabalho emprego e agência de defesa agropecuária.

4.4.1 Etapas do estudo:

Meses de junho e julho/2013:

Aproximação e contato pessoalmente e/ou via telefônica com o sindicato dos trabalhadores rurais, Secretaria Municipal de Saúde (gabinete, VISA e Atenção Primária), Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) do município, sindicato dos trabalhadores em educação do município, associação de moradores da cidade; representantes de assentamentos e de grupos indígenas do município; órgão ambiental (Naturatins); Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC), Secretaria Municipal de Educação, câmara municipal, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) e Ministério Público da Lagoa da Confusão. Entrega de carta-convite às lideranças contatadas informando o local e data das reuniões.

Meses agosto a outubro/2013:

Realização de quatro reuniões com as lideranças locais, trabalhadores e representantes de órgãos públicos locais, para construção de um plano de trabalho de modo participativo. Por conseguinte, planejamos as reuniões, de maneira ampla e flexível, todavia sem abrir mão dos pressupostos da metodologia da pesquisa participante (BRANDÃO, 1987), a saber:

Primeira Reunião: Apresentação da proposta de trabalho

Na primeira reunião, pediu-se permissão aos participantes para gravação dos encontros. Esclarecemos que as falas seriam transcritas na íntegra e guardadas para fins do estudo, sendo que o material registrado estaria protegido pelo sigilo ético estabelecido por normas internacionais de pesquisa com seres humanos. Após o consentimento do grupo (acordo verbal e assinatura do TCLE), realizou-se uma

apresentação de todos os participantes e o estímulo à integração, seguindo um roteiro de perguntas exposto no quadro por meio do recurso de data-show: (Quem sou? Onde eu nasci? Onde estudei? Qual a minha história com o município Lagoa da Confusão? Onde trabalhei? Onde trabalho atualmente?).

Esse método fez com que os participantes se reconhecessem no espaço, o que facilitou o diálogo para aproximação e permitiu que se quebrasse a timidez inicial. Nesse primeiro momento surgiram muitas histórias de vida, como a escolha do território de Lagoa da Confusão como centro dos relatos sobre trabalho, observações sobre a busca de melhores condições de qualidade de vida e o sentimento de pertencimento ao local. Chamaram a atenção também os trechos dos discursos referentes à defesa e à valorização do agronegócio local:

“Gosto muito do meu município, né, porque eu vivi um pouco da minha infância. E, aonde eu vou defendo meu município, né, a gente é uma potência agrícola, mas temos que olhar para lado ambiental também, não pode crescer sem inteligência.”

“E minha história com o município, bom, também foi assim, meu marido veio mexer com lavouras, com grãos, e aqui estou eu, já tem 10 anos”.

“E, agente vendo as perspectiva do município Lagoa da Confusão de melhoras de vida né, mudei com a família e agora trabalho como agente de saúde da zona rural”.

“Lagoa da Confusão, aqui é um município próspero de agricultura, grãos, que é um grande potencial, que cada dia cresce muito”.

Observa-se que, após as apresentações individuais, sentiu-se o grupo mais coeso. Decerto, o diálogo sobre o município e as histórias das pessoas pertencentes ao mesmo local contribuíram para o surgimento de uma identidade de grupo. De acordo com Milton Santos (2001) o papel do lugar é determinante. Ele diz respeito não somente a retratos e fragmentos de vida, mas a espaços vividos e a histórias que se cruzam, o que permite, ao mesmo tempo, renovação de experiências, reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro.

Um outro assunto que mobilizou muito os participantes do grupo foi aquele relativo à política de saúde do trabalhador no estado. Conversou-se sobre o que era o Cerest e a sua missão fundamental. Realizou-se um diálogo a respeito dos seguintes pontos pertinentes a esse tema e ao nosso objeto de pesquisa:

- As ações de vigilância em saúde do trabalhador.

- Ações preventivas e corretivas desenvolvidas pelo Cerest para que se mitiguem os adoecimentos e mortes pelo trabalho.
- Formação para os profissionais do SUS e esclarecimentos sobre cursos realizados pelos profissionais a fim de se qualificarem para desenvolver ações locais. Foram citados os cursos de especialização na área da saúde do trabalhador no Tocantins e o mestrado profissional em VISAT que é realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz.

Quanto ao tema da perspectiva local da VISAT, explanamos por que escolhemos o município de Lagoa da Confusão no Estado do Tocantins. Então, realizamos uma breve ilustração a respeito de percurso histórico de nosso trabalho. Informamos que desde 2006 desenvolvemos inspeções no município e que essas ações foram demandadas pelo controle social. Os representantes do controle social local (povos indígenas e comunidade) foram à Procuradoria Geral da República, localizada em Palmas, para denúncias relacionadas às fazendas produtoras de grãos em Lagoa da Confusão. Desse modo a Procuradoria solicitou a vários órgãos responsáveis que averiguassem o que estava acontecendo.

Após essa ação, relatada no documento (relatório técnico da DVAST n°. 12/2007), o Ministério Público elaborou um Termo de Ajuste e Conduta – TAC, no qual o CEREST teria que realizar ações continua de VISAT nas fazendas produtoras de grãos de Lagoa da Confusão. Explicou-se que a VISAT não é realizada somente pelo setor da saúde, mas também por outros órgãos, pelos trabalhadores e suas organizações; pela comunidade e pelo controle social instituído, adotando-se o olhar de vigilância em saúde e a perspectiva de proteção à saúde e ao ambiente.

Logo após esse relato, alguns participantes fizeram questionamentos e intervenções importantes como:

“Não vou poder ficar calado. Tem um vizinho da minha casa, que trabalha na fazenda, ele foi lavar um recipiente onde se coloca o veneno, eu, só sei que ele foi parar no hospital. Aí eu pergunto: será que ele foi notificado?”

“E quando o trabalhador procura a Assistência Social, porque aí eu trabalho no CRAS e tem vários funcionários de algumas empresas que já me procuraram para falar sobre a comida, né, que é mal conduzida, que é mal feita, que está prejudicando a saúde, que está com diarreia, e aí quem vai fazer essa vigilância?”

Observou-se no grupo um desconhecimento a respeito da competência dos órgãos responsáveis pela vigilância em saúde no município. Sendo assim, insistimos no ponto sobre o qual sobressai a ideia da construção de um modelo participativo e integrado de vigilância, no qual se devem envolver todos os setores institucionais e sociais (VISA, Conselho de Saúde, comunidade, trabalhadores, conselhos classistas, entre outros). Nessa concepção de trabalho é importante que se priorizem os problemas a serem objetos de intervenção e se acompanhe o desenvolvimento de ações para os trabalhadores envolvidos no agronegócio.

Em seguida, fez-se uma apresentação dialogada a respeito da situação do agronegócio no município, por meio da exibição de imagens registradas no decurso das inspeções da VISAT (do Cerest Tocantins) sobre as condições precárias dos trabalhadores do agronegócio. O intuito principal na utilização desse recurso era o estímulo ao debate sobre a realidade e, na sequência, a estruturação de um plano de vigilância em saúde do trabalhador.

Nessa mesma reunião, realizou-se um tipo de “contrato”, por meio do qual se definiu a permanência das pessoas presentes, e/ou a indicação de outras, que avaliassem como indispensáveis a participarem da construção do plano de vigilância. Por fim, seguindo o delineamento da metodologia participativa, o grupo definiu o tema gerador da reunião seguinte, sendo indicado pela maioria dos participantes o ponto relativo à legislação e à política de saúde do trabalhador, incluindo-se a responsabilidade do empregador e o direito dos trabalhadores.

No final da reunião, houve comentários entusiasmados por parte de vários participantes, sobre a importância dessa pesquisa para o município: “A gente sempre participa de várias reuniões, mas não nesse tipo de discussão, essa é nova para mim, nesse sentido, saúde do trabalhador”. Cabe o destaque a respeito da fala da gestora municipal de saúde, que agradeceu por se ter escolhido o município (como campo de investigação e ação), enfatizando que se sentia pedindo socorro diante dos problemas e demandas que o município vem enfrentando:

“Nós precisamos realmente discutir, elaborar projetos, para que cada empresário assuma sua responsabilidade. Por que hoje atendemos ali, o rico, né! o rico, e atendemos a população que realmente precisa, a população carente, nós não conseguimos fazer isso, a gente não tem recursos para atender todo mundo, e estamos deixando muito a desejar. Porque não estamos conseguindo atender todos que estão na cidade, porém, o empresário está deixando de cumprir sua tarefa, que é cuidar de seus trabalhadores”.

Destaca-se que nesta reunião observou-se uma transformação na percepção da problemática pelos participantes, a exemplo do seguinte comentário:

“É interessante essa questão trabalhadora! A gente anda por aí, passa nas fazendas que são próximas da gente, e a gente anda por lá, mas não tinha observado ainda!”

Na acepção de Kosik (2002), existe um processo de automatização e mecanização da cotidianidade da vida humana. O autor refere-se a este processo como uma “alienação da cotidianidade” que se reflete na consciência ora como posição acrítica, ora como sentimento do absurdo. Para que o homem possa descobrir a verdade da cotidianidade alienada, deve liberá-la da familiaridade e exercer sobre ela uma visão crítica e autêntica de mundo. Kosik (2002) refere-se a essa transformação de consciência como uma modificação existencial no mundo.

Quanto aos participantes dessa primeira reunião, estiveram presentes: representantes do Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal da Assistência Social, Associação dos Moradores de Lagoa da Confusão, Conselho de Saúde Indigenista, Secretaria Municipal de Saúde, agente de saúde rural, trabalhador de laboratório de análise clínica municipal, representantes do núcleo de saúde do trabalhador – NUSAT e Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

Observe-se que a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego justificou que não teria pessoal disponível para participar. Já o ministério público local informou que, devido a uma audiência de emergência, também não poderia participar, mas que se poderia contar com ele para os desdobramentos que o grupo definisse. Curiosamente, os dois trabalhadores que foram notificados pelo SINAN por acidente grave de trabalho, que aceitaram participar da pesquisa, foram até a porta do espaço cultural, mas depois declinaram.

Os desafios para reunir os atores sociais para participarem das reuniões foram o grande limite desta pesquisa. Mesmo sendo entregue a carta-convite pessoalmente e explanado os objetivos do estudo, no primeiro dia marcado para reunir tivemos uma surpresa: apareceram apenas dois participantes da Secretaria Municipal de Saúde. Tivemos, portanto, que remarcar uma nova data e mudar a estratégia, indo à casa de

cada um novamente para reforçar o convite e até mesmo conduzir para o local da reunião no novo dia combinado.

O que se percebe é que a maioria dos atores sociais, com cargo público e com representação coletiva, é convocada a participar de vários eventos e espaços de discussões de políticas públicas, simultaneamente. Por outro lado, os representantes de movimentos sociais e do controle social, além de serem poucos, são receosos em tomar parte de ações desenvolvidas por órgãos públicos por descrerem de suas políticas e de seus gestores, o que já foi observado em estudo desenvolvido por Bravo e Correia (2012).

Percebe-se ainda que muitos representantes do “controle social”, como os conselheiros de saúde, não sabem o que é participação ou qual o sentido de uma representação coletiva. Muitas vezes constata-se, no plano empírico, um desconhecimento quanto às responsabilidades e às atribuições de um conselheiro, sendo a ocupação do cargo relacionada a uma mera indicação do gestor. Contudo, ressalta-se que, nessa primeira reunião, os participantes não queriam finalizar o encontro, ultrapassando o horário combinado de duas horas de duração; todos queriam falar de suas angústias e inquietações. Além disso, notou-se que os presentes estavam satisfeitos por participarem de um debate onde podiam compartilhar, de um modo pedagógico, seus saberes e dúvidas.

Para Brandão (2006, p. 8) compartilhar o saber “é um convite a que ousemos, pelo menos para alguns propósitos, pelo menos durante algum tempo, mudar de lugar, mudar de olhar, e se possível, mudar de pensar”. Dessa forma podemos alargar nossos conhecimentos, bem como os nossos horizontes.

Segunda reunião: legislação e Política de Saúde do Trabalhador

A segunda reunião foi realizada na biblioteca do Colégio Estadual Lagoa da Confusão, pois o gestor municipal deu preferência a ocupar o espaço do Centro de Convenções com uma outra reunião (de cunho religioso), apesar de o local já ter sido agendado previamente para as demais reuniões da pesquisa.

Essa reunião teve os mesmos limites da primeira. A equipe (pesquisadora e uma colaboradora do Ceresst) chegou ao município um dia antes, já prevendo os entraves para reunir os participantes. Estiveram presentes os representantes dos Conselhos de Assistência Social e Saúde, representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais do

Estado do Tocantins – FETAET e representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Naturatins e dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde (Núcleo de Saúde do Trabalhador – NUSAT e laboratório de análise clínica municipal) e um representante da educação (colégio estadual).

Foi feita a apresentação dos participantes e foi explicitado o motivo da reunião, que é a elaboração de plano de ação participativa de VISAT. Comentou-se, mais uma vez, sobre o termo de comprometimento livre esclarecido – TCLE. Assinaram os representantes da FETAET e do Sindicato, que não estiveram presentes na reunião anterior. A representante da Educação não quis assinar o termo.

Apresentou-se a especialista convidada do Cerest estadual para proferir a apresentação do tema gerador – legislação e política de Saúde do Trabalhador – englobando as responsabilidades dos empregadores e direitos dos trabalhadores, definidos na primeira reunião. O método adotado para apresentação foi o da metodologia participante; lançamos mão de recurso visual didático para servir de introdução e “aquecimento” ao tema (data-show). Foram apresentados slides com referências aos conceitos e ao texto da lei relativo ao tema da política de saúde do trabalhador, reforçando, sobretudo, a ideia de que são eles – os trabalhadores – os principais sujeitos das ações de vigilância em saúde do trabalhador.

As imagens exibidas foram aquelas geradas nas inspeções da VISAT, as quais retratavam situações encontradas nos empreendimentos do agronegócio, nas fazendas produtoras de grãos, e que estão em contradição com a legislação (exemplos: trabalhadores realizando refeições sem local adequado e sem talheres; o uso de “marmitex” acondicionada embaixo de tambor de agrotóxico; trabalhadores expostos diretamente aos agrotóxicos; alojamentos em precárias condições, entre outras irregularidades). Durante a apresentação houve participação ativa de todos, com questionamentos, dúvidas e trocas de experiência; principalmente, observou-se demonstração de perplexidade às imagens expostas.

“Por não ter essa visão, tem muitos colegas lá na FUNASA que hoje estão com câncer, por não colocar em prática a Saúde do Trabalhador”.

Logo após a apresentação da especialista convidada, os representantes FETAET solicitaram permissão ao grupo para também exibirem um vídeo, com aproximadamente 10 minutos, elaborado pela própria federação sobre os impactos do

agronegócio. No filme abordou-se a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores de carvoarias. Segundo os representantes da FETAET, esse filme foi enviado à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE, como prova de denúncia às péssimas condições de trabalho no local. A exibição desse vídeo não estava prevista, mas os participantes concordaram em assistir e observou-se mais perplexidade com as situações alarmantes de trabalho, pois, no vídeo, há depoimentos e falas dos trabalhadores que expressam com maior nitidez o sofrimento das pessoas.

Essa reunião, por ter sido realizada na biblioteca de um colégio, teve como principal obstáculo o ruído dos alunos que estavam circulando no pátio da escola, havendo muita interferência durante a apresentação da palestrante, que teve dificuldade para desenvolver o tema e o diálogo, pois competia com o barulho. Um dos fatores positivos foi a participação da representante do setor da educação do município, que, ao final da reunião, solicitou cópia da apresentação do vídeo para fazer discussões com os alunos.

Registre-se que nessa reunião houve ausência dos representantes indígenas e da associação dos moradores de Lagoa, bem como do agente de saúde rural. Os três justificaram a ausência: o indígena priorizou participar das conferências indigenistas que estavam ocorrendo no Estado; o representante da associação se justificou com o argumento de que, devido a ele ter um mininegócio e se considerar empresário, não se sentia à vontade em participar. Já o agente de saúde argumentou que precisava atender a uma demanda urgente na área rural, estando com impedimento de participação na segunda e na terceira reunião.

Um aspecto importante desse encontro foi a participação dos representantes dos trabalhadores rurais, que enriqueceram as discussões com suas experiências e seus relatos de vida como trabalhadores da agricultura e do agronegócio.

O aspecto peculiar dessa reunião a ser enfatizado é que, após o encontro, alguns participantes solicitaram integrarem as ações de vigilância do Cerest, que seriam realizadas pela equipe no período da tarde, numa fazenda produtora de grãos. A equipe concordou e então, após esclarecimentos a respeito do protocolo de trabalho, efetuou-se a ação com a participação dos representantes da federação, do sindicato e do representante do Conselho de Assistência Social, sendo possível aos participantes verificar, in loco, as condições degradantes de trabalhadores do agronegócio (ação devidamente documentada em relatórios da área: Diretoria de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador, sob os nº. 20/2013 e nº. 01/2014).

Ressalta-se que, após a realização da ação, a federação e o sindicato compareceram ao Ministério Público para denunciar as situações encontradas. Observou-se que o método facilitou a transformação da indignação dos participantes em ação política efetiva, permitindo que o conhecimento gerado no grupo viesse a ser matéria para a mudança de visão e de atitude. Ficou claro que os representantes exerceram a sua cidadania e suas atribuições como representantes de movimentos organizados.

Terceira reunião: apresentação e debate do documentário “nuvens de veneno”

A terceira reunião realizou-se na sala do Conselho Municipal de Saúde, localizada nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, tendo como participantes os membros da reunião anterior e mais a gestora (SMS). Inicialmente fez-se o regaste das discussões das duas reuniões anteriores e rememoramos o debate sobre o vídeo da carvoaria apresentado pela federação, que mostra os impactos e consequências do agronegócio. Em seguida apresentou-se o filme “Nuvens de Veneno” – Novaes (2013) –, com duração de 23 minutos, para contribuir com as discussões e elaboração do plano participativo de VISAT de Lagoa da Confusão. O filme aborda as consequências sociais, ambientais e de saúde dos trabalhadores ocasionado pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio, com ênfase na utilização de agrotóxicos.

Após a exibição do filme, fez-se uma discussão sobre o modelo de vigilância participativa a fim de que servisse de base à construção de uma proposta de desenvolvimento local desta modalidade de vigilância. Para tanto, levantamos alguns pontos que estão previstos tanto na literatura crítica sobre o tema da vigilância em saúde do trabalhador, quanto nos textos que versam sobre essa política, a saber: participar de discussões no conselho de saúde e demais conselhos, promover audiências públicas; criar comissões intersetoriais em saúde do trabalhador; levantar demandas sociais para ação e transformação da realidade; construir estratégias para intervenção sobre os problemas detectados; denunciar situações que coloquem em risco a saúde dos trabalhadores; acompanhar as ações das vigilâncias municipais; acompanhar e propor as ações ao núcleo de saúde do trabalhador – NUSAT; participar do planejamento, monitoramento e execução das ações de VISAT e lembrar que a VISAT tem como característica fundamental ser intersetorial e participativa.

No que se refere ao aspecto desse encontro, de se realizar uma síntese dos principais temas e problemas debatidos durante as três reuniões aos participantes presentes, usamos um roteiro de questões que serviu de guia ao diálogo (BRANDÃO, 1987):

a) Quais os principais problemas que enfrentamos em relação à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente de Lagoa da Confusão?

“Eu cheguei aqui em 2005. Não tinha ideia do que era agricultura e nem peixe, e eu passei a ter uma noção quando eu comecei a ir pescar nos canais. [...] Eu ficava admirado em ver a quantidade de avião passando aquela coisa. E não tinha nenhuma ideia de que aquilo ali, na verdade, era uma bomba! E, bomba lançada em cima da gente ali! Não só lançada em cima da plantação, mas, lançada em cima do indivíduo que estava. E também não tinha noção de que aquelas pessoas que estavam ali [estavam] trabalhando”.

“Então acho que isso é devido a uma falta de consciência humana, porque as pessoas acham que vão morrer daqui mais uns dias, não tem nenhum problema para eles. E quando a gente tá vendo a cada vez mais o SUS sem condições de dar as respostas, né. Então os problemas que a gente enfrenta é por falta de consciência humana. Falta de alternativa para os trabalhadores, por que se a gente for entrevistar esses trabalhadores, eles vão dizer que estão trabalhando ali, porque falta um outro local para ele trabalhar e que ele depende daquilo para sobrevivência dele”.

“Eu acho que o problema [é] do alojamento para o trabalhador, que não existe! Assim, o empresário ele não preocupa com a condição do trabalhador, ele não se preocupa. Ele só quer ganhar, ganhar e não se preocupa se ele está bem de saúde, se está se alimentando bem, se ele tá dormindo bem”.

A partir das falas dos participantes debateu-se o desconhecimento dos efeitos dos agrotóxicos. Mencionou-se, a título de informação, que uma importante deliberação das Conferências de Saúde do Trabalhador foi que a população, principalmente a trabalhadora, devesse conhecer os riscos e os danos gerados pelo uso desse recurso na agricultura. Ponderou-se que os empresários não respeitam a legislação que regulamenta as atividades geradoras de contaminação ambiental e humana. Foi falado por muitos participantes que os responsáveis pelas fazendas locais usam e abusam da aplicação de agrotóxicos, tanto aérea como terrestre. Além disso, foi mencionado que o controle por parte dos órgãos de fiscalização é insuficiente, tanto pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento quanto da própria Agência Nacional de Aviação Civil – a ANAC.

Muito embora também tenha sido citado o fato de que empresários adotem um discurso de “responsabilidade social do agronegócio” (BRUNO, 2002, p. 237), Porto e

Schütz (2012) explicitam que existe, no atual modelo de desenvolvimento, a necessidade de se “invisibilizar fraquezas e contradições do sistema” (PORTO; SCHÜTZ, 2012, p.1449) com o propósito de que ele, o sistema, fique fortalecido.

Nesse encontro foi problematizada a expressão “falta de consciência humana”; discutiu-se a dificuldade de um trabalhador sair da passividade e se tornar sujeito de mudanças no trabalho do agronegócio. Consideramos como obstáculo, principalmente, a ameaça do desemprego e avaliamos que nem sempre a crítica é suficiente para que o trabalhador saia do lugar de vítima. Contudo, foi consenso que é necessário um forte processo de informação e comunicação sobre os direitos desses trabalhadores.

b) O que provoca esses problemas?

“O que provoca o problema que esse pessoal todo, ele (empresário) está preocupado mais em introduzir do que com o bem estar de quem vai trabalhar. Eles são servidos com o trabalho da pessoa, não é isso? Eles querem tirar o lucro e não querem saber disso, então é o seguinte: tem que ter uma forma de zelar mais dos trabalhadores.”

“Primeiro é por falta de fiscalização do Estado, né? No caso a observar a legislação que fala e o desrespeito à questão, tanto na questão de trabalho como na questão de saúde do trabalhador e segurança do trabalho e quanto também relacionado ao meio ambiente.”

Nessa reunião foi debatida a questão do modelo de desenvolvimento do agronegócio e a exploração no trabalho, como jornada intensa, salário baixos, péssimas condições de alojamento, entre outras. Foi citada a Constituição de 1988 e os princípios fundamentais da “dignidade da pessoa humana”. Os participantes insistiram no aspecto referente à responsabilidade dos órgãos públicos que executam a fiscalização. Mencionou-se, ainda, a composição da atual bancada ruralista e os vínculos de interesses relacionados à área da agricultura e ao capital, conforme mostram os estudos de Bruno (2009) e Marques (2007). Este último chama a atenção para o fato de que os empregadores burlam as legislações brasileiras contra a classe trabalhadora, o que configura o jogo de interesses e o antagonismo de classe.

b) Onde existem esses problemas?

“É bem claro a problemática que a gente tem hoje em dia nas grandes produções, estão aí em todo país e não só aqui na Lagoa”.

Durante as reuniões foi possível realizar um exercício de distanciamento do problema do agronegócio, por meio da crítica e de uma compreensão dialética da realidade. Relacionaram-se os aspectos estruturais da questão com a sua forma de manifestação local. Refletiu-se que a existência das grandes propriedades do agronegócio é resultado de um modelo econômico e social que afeta o todo, e não somente a localidade. Constatou-se, no decurso dos encontros, que a participação das pessoas por meio da reflexão gera um novo conhecimento. Esse conhecimento se constitui como “desafios para criar melhores condições de vida” (BRANDÃO, 2006, P.19).

c) Quem é afetado por esses problemas?

“Qualquer um de nós aqui corre o risco de morrer [...] porque todos nós comemos todos esses alimentos aqui na Lagoa, que vêm da agricultura, que já vêm contaminados, né, dos rios contaminados. Tudo está contaminado.”

Durante o diálogo, nas reuniões, aprofundou-se a visão do coletivo quanto à existência de um encadeamento de problemas relacionados ao agronegócio e ao ecossistema, sobretudo causado pelos agrotóxicos, conforme evidencia o estudo de Carneiro et al. (2013), que mostra os impactos do uso do agrotóxico para a saúde e para o ambiente, podendo provocar intoxicações agudas com efeitos crônicos. Entretanto, para Rozenberg (2007, p. 98), mesmo com todo o conhecimento gerado pela academia, em que ganham destaque aspectos da situação social causados por problemas ambientais, há pouca intervenção por parte do setor da saúde.

d) Quais as principais consequências?

“Aumento da violência”; “prostituição”; “aumento da gravidez na adolescência; quando passa a safra, dizemos ‘filhos da melancia’”.

“O município não está preparado para receber todo esse fluxo de gente, tanto na área da saúde, como outras áreas, então ele não se preparou!”.

“Teve um rapaz que teve a cabeça cortada, decepada com a hélice, porque parou o avião e ficou com hélice ligada, e o ajudante saiu e subiu lá pra mexer não sei o que lá no avião e cortou a cabeça dele. Então é assim, tudo é causa”.

Foram observados, nas falas dos participantes durante os encontros, vários depoimentos a respeito do adensamento da questão social provocado pelos grandes empreendimentos da agricultura no território, como o aumento de gravidez nos períodos relacionados à sazonalidade da agricultura (“filhos da melancia”). Segundo os participantes, o município não está preparado para o aumento da população trabalhadora, dos acidentes e das mortes no trabalho. Contudo, todos esses fatores sociais são indicativos da necessidade de se implementar políticas públicas que assegurem bem-estar à população.

e) Houve ações que tentaram resolver esses problemas?

“Eu já vi o colégio estadual com algumas ações; foi na fazenda [...] fazer palestra sobre meio ambiente”.

“Teve as fiscalizações que vocês do Cerest fizeram junto com vigilância sanitária. Só que assim, devido a pouco profissional, fica difícil todo mês ser uma rotina, né!”

Reforçou-se no decurso dos debates o reconhecimento de que existem deficiências nas ações de vigilância, que se realiza de forma focal e incipiente, demandando uma definição das atribuições dos órgãos responsáveis e da articulação das ações políticas, principalmente, sobre bases democráticas e participativas. De acordo com Morroni (2009, p.116), a construção da democracia é “forçar o Estado a se democratizar”, sendo que o caminho mais adequado será por meio da politização da participação social.

f) O que poderíamos fazer para contribuir para a resolução do problema?

“Nós temos que acordar o trabalhador, tem que acordar quanto ao seu direito, tem que parar de correr risco.”

“Para isso funcionar tem que ter limite, iniciativa e não esperarmos iniciativa só da fiscalização, não de só de João, só de ...”

“Eu acho que, pelo crescimento que está tendo o município de Lagoa da Confusão, grande massa de trabalhadores precisa não só de mais agente de saúde: precisa de uma equipe completa.”

Discutiu-se a necessidade de um processo de vigilância integrado, antes de tudo, pelas representações locais, que expressaram a ideia de uma cidadania ativa no que diz respeito a se construir um sistema de saúde local mais equânime e universal.

g) Quais são as ações e os meios ao nosso alcance?

“É uma audiência pública, porque eu acho que não adianta vocês aqui, enquanto uma equipe de saúde do município ficar nadando contra a maré. Porque se não houver uma sensibilização do gestor do município não tem muito avanço não.”

“Eu acho que é importante essa audiência pública, com a presença do prefeito do grupo. Chamar o delegado de polícia e, se tiver, um promotor e todas as autoridades devem estar nessa audiência para poder ver um vídeo como esse e os depoimentos para a gente poder construir estratégias e talvez, se tiver, sindicato rural que representa os empregadores.”

“Na questão do sindicato ter uma sede aqui na Lagoa da Confusão para poder atuar bem, em vez de ter dois municípios e sem condições e acompanhar os dois municípios”.

“Convidar os trabalhadores, porque assim eles podem falar o que eles desejam, porque nós até pode falar por eles, mas as necessidades é deles”.

Nessa reunião iniciou-se a estruturação de propostas para o plano de trabalho da VISAT no município. Ensaiou-se a construção de seis ações para compor o plano, tema do encontro seguinte. Observou-se, nessa reunião, o comprometimento e o envolvimento dos participantes com a proposta do estudo, de modo que o próprio grupo passou, naturalmente, à discussão das estratégias de atuação e intervenção coletiva do trabalho de vigilância como um problema de caráter de saúde pública. Silva (2006) afirma que quando há “investigação crítica de suas realidades”, por parte de um coletivo, é possível se construir um novo conhecimento com a intenção de se transformar a realidade.

Quarta reunião: Construção e Programação do Plano Participativo de Ação de VISAT

A quarta e última reunião realizou-se na sala do Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos participantes do terceiro encontro e mais a participação da coordenadora da vigilância sanitária. Esse encontro tinha como objetivo principal a estruturação do plano de ação de vigilância em saúde do trabalhador com os

detalhamentos: estratégias, área de ação para execução do plano sob uma vertente educativa; ênfase na realidade local dos problemas com a distribuição das responsabilidades (“como vamos fazer” e “o que vamos fazer”). Assim, vivenciou-se, mais uma vez, o enfoque do método participativo e dialógico, possibilitando que cada participante expressasse o seu ponto de vista a respeito da atividade coletiva.

“Mas é assim, só funciona se trabalhar em parceria, porque se ficar um trabalhando isoladamente, o outro, ninguém vai saber!”

“Temos que ficar acompanhado diariamente.”

“Superar essa barreira política tem que ser isso aí”.

Do ponto de vista do avanço da estruturação política da VISAT no Estado, observou-se a importância dessa experiência, visto que se tratava de um exercício singular de democracia participativa, no qual as pessoas foram incluídas no processo de planejamento e discussão para realizar as ações de vigilância, conforme determina a legislação sobre a PNSTT, uma vigilância de caráter público. Reforçou-se que todos os representantes de conselho devessem ler o estatuto e as diretrizes dos seus devidos conselhos, para conhecerem a competência e as atribuições dos conselheiros, uma vez que já são representantes instituídos.

Foi uma reunião muito calorosa e emocionante, em que todos tiveram a oportunidade de colocar seus pontos de vista. Os participantes expressaram a satisfação de estarem construindo, pela primeira vez, um plano relativo a uma política pública de forma participativa, com o envolvimento de vários atores de segmentos diferentes. Vale mencionar que, nesse processo de construção do plano, cada ação e suas respectivas estratégias foram refletidas pelo coletivo com a preocupação da distribuição da palavra. (GAJARDO, 1987, p.15). Um exemplo digno de nota foi o debate a respeito da necessidade de articulação e divulgação para a realização da audiência pública sobre o trabalho no agronegócio.

Ao final da reunião, agradeceu-se à participação e à contribuição de todos os participantes na pesquisa, enaltecendo-se o processo e o produto final com as propostas elaboradas no plano de VISAT. Salientou-se a transformação que houve em cada um de nós, pesquisadora e participantes. Ademais, a “pesquisa que se entende participante não deixa os mundos como estão” (SABOTTKA et al., 2006, p.184). Quanto aos

participantes, eles agradeceram enfatizando alguns aspectos importantes de serem registrados:

“Agradecer muito mesmo, porque isso para nós é um sonho”.

“A gente na verdade, todos já tinham uma ideia, mas não sabia como começar, né! [...] A cidade está transformada e todos desesperados sem saber o que fazer, e vocês chegaram bem na hora. [...] Eu acho que com esse plano aí, e com as nossas ideias, e com a nossa garra, a gente pode impactar a Lagoa e mudar até a cultura do pessoal, né”.

Vivenciou-se, sob a perspectiva dos estudos participativos, um processo dialógico de planejamento e articulação entre a vigilância em saúde do trabalhador, órgãos governamentais e o controle social, envolvendo os órgãos de representações locais dos trabalhadores; um processo de construção do conhecimento e a elaboração de um plano de atuação de vigilância participativa no território de Lagoa da Confusão.

O Produto das Reuniões: Plano de Vigilância Participativa em Saúde do Trabalhador de Lagoa de Confusão.

Proposta	Ações planejadas	Responsáveis	Prazo
1- Realizar audiência pública	1- Inclusão desta proposta no planejamento da SESA 2- Garantia de participação de dois especialistas de renome nacional sobre a discussão dos impactos do agronegócio 3- Divulgação para população e órgãos afins (rádio, carta convite, internet) 4- Organização da logística (local)	1- SESA (Cerest) 2- SESA 3- SEMUS, Sindicato Trabalhadores Rurais, Naturatins, Conselho Mun. Saúde, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público de Lagoa da Confusão, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. 4-Assistência social	Maio 2014 (2ª quinzena)
2- Realizar curso de capacitação em vigilância em saúde do trabalhador para equipe técnica da SEMUS e controle social	Organização (SEMUS) Executar o curso	NUSAT	Março 2014
3- Aumentar a quantidade de servidores para realizar vigilância em Saúde do Trabalhador	Solicitar ao gestor municipal (2 servidores) Realizar parceria com a Sec. Meio Ambiente (participação de servidores nas ações de VISAT).	SEMUS	Fevereiro 2014
4- Realizar ações de VISAT periodicamente com participação controle social	Realizar ações de VISAT – 4 ações em 2014	NUSAT e VISA municipal e controle social e movimentos sociais organizados	Início em fevereiro (reuniões para planejamento a cada 3 meses).
5- Exigir que os	Verificar os meios legais para		

empreendimentos/empresas produtoras e/ou beneficiadoras de grãos cumpram com os planos básicos de compensação/mitigação inseridos nas recomendações e exigências sobre a licença ambiental de cada empreendimento instalado em Lagoa da Confusão.	exigir a inclusão de ações no plano para a saúde junto à Naturatins, ao gestor municipal, ATM, SEFAZ e a órgãos afins.		
6- Destinar recursos dos TAC (termos de ajuste de conduta) acordados com as empresas e multas (MPT) para a SEMUS	Propor na audiência pública	Conselho Municipal de Saúde	Maio 2014

Tabela 1: O Produto das Reuniões: Plano de Vigilância Participativa em Saúde Trabalhador de Lagoa da Confusão.

5. RESULTADOS DE CAMPO

Nesta seção organizamos a apresentação dos resultados de campo; analisamos os materiais advindos das reuniões, lançando mão da técnica da análise do discurso (GILL, 2003; MINAYO, 2008). Os temas centrais que sobressaíram nas discussões foram: política, trabalho precário, agrotóxicos e participação.

5.1 POLÍTICA

Os participantes apontaram como limite para o desenvolvimento de uma vigilância participativa local a omissão do Estado como executor de políticas de fiscalização, uma vez que o poder do capital é destacado como “força” de poder.

“A vigilância sanitária municipal, ela tem o poder de polícia limitado. Ela não pode trabalhar conforme a lei. Por exemplo, um funcionário municipal, entendeu! Ele não é funcionário federal, o que acontece? Tu vai numa grande empresa, aí, quer aplicar conforme a lei, mas aquele grande empresário dá emprego para 400 pessoas, aí não precisa falar o nome, né! Aí, você vai, dá um tempo; se você deu 30 dias, você dá mais 30 porque ele tá dando emprego. Agora, o prefeito, será que sabe da realidade que está acontecendo no hospital, de pessoas que chegam lá com dores de barriga, diarreia? [...]. É porque tudo move política; onde move política você tem que ter bom senso e ser maleável, porque você tá defendendo o seu pão de cada dia, então entra toda essa coisa aí. Não é que você seja omissa! Que você não pegue! Por outro lado também, veja bem, eu, como agente de saúde, se eu começar chegar abusando demais nessas fazendas aí... Porque a gente vê coisas erradas aí. Você nem consegue mais entrar lá. Se você tiver que fazer uma denúncia, tenho que fazer uma denúncia anônima. Porque eu, como agente de saúde, você não consegue entrar mais. Aí eu tenho que pegar uma ordem judicial porque naquela fazenda eu não entro mais. Tá entendendo o fator político? É, existe o fator político e várias coisas aí, né!

Sobressai nessa fala a expressão “fator político” como sendo aquele elemento que contribui para a demarcação das fronteiras do trabalho de vigilância em saúde no território do agronegócio e que estabelece o limite do que é possível, ou não, de ser realizado como ação. As fazendas de agronegócio, como símbolo de território particular e como imagem de propriedade produtiva bem sucedida, impõem o limiar das cercas a qualquer tipo de atuação do seu domínio, representando os interesses do poder econômico na área rural. Nesse sentido, a referência aos termos “pecar” e “abusar” conotam o ponto de vista do participante, um profissional de saúde, a respeito do seu próprio trabalho, significando a transgressão às regras do patrão que possui a convivência da política local.

O participante expressa o sentido de sagacidade e de astúcia por meio da expressão “ser maleável” como atribuição adequada de um trabalho político de vigilância em saúde local. Existe nessa concepção de política uma alusão à assimetria das forças sociais, sendo desfavorável aos trabalhadores e seus representantes, em contraposição a uma compreensão de civilidade e democracia. Leite (2011) chama atenção para o fato de que é no território que acontecem as relações sociais e políticas como elo legitimador de papéis, bem como os pactos e compromissos dos atores institucionais e locais.

Lembremos que, no pensamento de Arendt (2002), a política representa um meio de exercício do convívio plural entre os seres humanos na perspectiva de se alcançar a igualdade. De acordo com essa pensadora, a política existe para regular o convívio das pessoas diferentes em circunstância de liberdade, já que se não existir liberdade não há política, pois a liberdade é a forma dos homens participarem ativamente na esfera pública do mundo (ARENDT, 2014).

Nessa mesma linha de interpretação, Milton Santos (2012, p.102) afirma que, em verdade, o sentido da política é o de liberdade; é quando o homem se torna sujeito e não objeto. Santos aponta que, para se ter cidadania, é necessário indagação e inquietação individual frente aos problemas do mundo, e para isso devemos sempre nos vigiar para não nos alienarmos. O autor faz um convite à reflexão a respeito das políticas públicas, destacando que o espaço do território é o local político para que as relações sociais entre as pessoas se transformem.

“Eu passei em um município, e a gente viu que o agronegócio avança muito rápido. Eu fui até o postinho de saúde para saber se estava tendo muitos casos de trabalhadores adoecendo. Se tava tendo a procura de trabalhadores. E a menina que fica na recepção me adiantou assim: ‘nós não procuramos desta forma. Porque aqui, como é um município que está se expandindo muito o agronegócio, tem muitos casos mesmo. Mas, já fomos orientados a colocar se ele é trabalhador como usuário comum. Então, assim, a coisa se agrava mais porque é mais um problema para a saúde do trabalhador. Porque é um trabalhador que está adoecendo, mas não está sendo levado em consideração o trabalhador, e sim, como usuário normal. Aí a gente vê muitos casos desses, porque a gente tem andado bastante no estado. Os trabalhadores das unidades estão orientados; vocês não vão perguntar; muitos atendem eles [trabalhadores] como usuário normal. Porque no momento que você pergunta uma coisa aparece uma segunda. [...] isso é preocupante!”

Segundo Capella (2006), deve-se chamar a atenção dos formuladores de política, bem como mobilizar os indivíduos sobre propostas e alternativas de viabilidade para se compor uma agenda política a respeito de problemas que não são considerados tradicionalmente centrais no campo das políticas públicas. Sendo assim, registramos algumas sugestões dos participantes surgidas durante as reuniões:

“Seria bom se os prefeitos participassem de reunião como essa, para eles também ficarem a par. Porque eles acham que a gente é leigo nesse assunto e vai só bater de frente. E, no fundo, não é coisa ruim para município. É uma coisa boa!”

“Acho que própria saúde deve montar uma parceria com o Ministério do Trabalho, porque Ministério, ele também fiscaliza essas ações. A gente tá longe dessa realidade, pois o mais perto fica em Paraíso, Gurupi.”

“Pois é por isso que os trabalhadores se submetem, porque sabem que não vai acontecer nada da parte que foi lá. “Isso é trabalho escravo!”

“Lá tinha muitos trabalhadores, umas duas da tarde, todos os trabalhadores sem proteção [...] trabalhadores de fora do estado. Isso é muito preocupante para o estado. Porque muitas vezes as empresas aqui da Lagoa trazem também trabalhadores de fora porque não conhecem essa realidade. E os trabalhadores das carvoarias eram na maioria do Maranhão. Já estava lá uns 15, 20 dias que tinham chegado e já estavam querendo ir embora. E já tinha chegado de madrugada uma carrada de gente. E aí, a gente fez a denúncia e encaminhou ao ministério do trabalho. E ainda não foram atendidas. É que ministério está sem recursos humanos suficiente, o que termina não fazendo as fiscalizações. [...] É, a gente não tem para quem denunciar”.

“Má alimentação do trabalhador, falta de acomodação, outra coisa que a gente esqueceu de colocar é sobre o transporte dos trabalhadores que a gente vê aí; a maioria das empresas estão carregando os funcionários em carro aberto, algumas já têm ônibus, né, mas a maioria carrega em carros abertos ainda, em carrocerias. Há uma falta de fiscalização de todos os órgãos que têm a parte da legislação.”

“Na realidade a palavra certa [talvez] seja omissão, porque assim, por parte do trabalhador, [ele] tem medo. Por exemplo, convidamos uma da classe trabalhadora que foi acidentada, mas acho que ela, não entendendo o conteúdo da coisa, ela se sente ameaçada. Ela não veio”.

“Tinha que ter uma ação de frequência do Ministério do Trabalho nas fazendas.”

Nesse grupo de falas salta aos olhos aspectos como dificuldade, incerteza e desamparo do trabalho em Tocantins, que espelham, como no discurso de um participante, a omissão dos órgãos públicos. Observa-se a compreensão de que os gestores devem ter participação ativa nesta modalidade de planejamento de ação para conhecimento dos problemas reais relacionados ao trabalho.

Capella (2006) aponta que uma forma de superar os limites e problemas da realidade é fazer uso da estratégia de formulação de proposta política de grupos. Desse modo, se levaria a discussão para as agendas de governo por meio de forças organizadas. No que se refere à política pública de saúde, esta é considerada uma política pública universal dentro do Estado, que é promotor de direito, devendo cumprir a proteção social e a garantia de direitos.

Defende-se neste estudo a ideia da relação entre política, liberdade e democracia por meio da construção participativa de políticas públicas. Segundo Fleury (2010, p. 24), a liberdade numa sociedade democrática será alcançada “por meio da constituição de um sujeito político que questiona as relações de opressão”. Assim, haverá a possibilidade da construção de uma identidade emancipatória e a perspectiva de transformação social através de um sujeito político coletivo. Ou seja, de acordo com a autora, os sujeitos políticos saberão distinguir a opressão, levando a um rompimento dos padrões de subordinação.

“Quando a gente pega as estradas, sempre tem os caminhoneiros, que nas placas dos caminhões está escrito: ‘Pegue sua viola e toca a noite inteira’. O patrão não mandou tocar viola, mandou foi dirigir a noite inteira. Então, a gente compreende que a história da viola é só um exemplo para ilustrar o que o patrão mandou dizer, mas que ele não está obedecendo à legislação.”

O uso do aforismo pelo participante expressa a sua visão sobre as relações de poder existentes entre trabalhadores e patrões; um modo de representação da imagem de dominação estrutural do labor na atualidade. Constatamos, durante as reuniões, repetidas referências às transgressões e omissões locais à legislação trabalhista e ambiental.

Leão e Vasconcellos (2011, p. 483) ressaltam que só será possível ao Estado brasileiro ter uma atuação mais próxima de sua vocação constitucional, que passa por garantir aos cidadãos o direito à saúde no trabalho, se a saúde do trabalhador for institucionalizada e concretizada de fato. Os autores fazem referência ao estabelecimento de conexões de rede de participação social para superação das fragilidades das políticas e das instituições públicas, que não cumprem adequadamente seus papéis legais e técnicos.

Para Medeiros et al. (2013, p. 9), a forma de superar a fragmentação e consolidar a política de saúde do trabalhador seria por meio da “união das forças sociais e político-institucionais nos planos local e nacional”. Em que pese a conjuntura política desfavorável, e mesmo os limites apontados pelos participantes, acredita-se que o método participativo de trabalho enriquecerá os processos de vigilância em saúde do trabalhador, mesmo sabendo que a hegemonia política atue de forma latente para desestabilizá-la. O principal objetivo dos estilos participativos é o processo de construção social do conhecimento e, se possível, a mudança de visão dos seus participantes (BRANDÃO; STRECK).

Espera-se com isso que as intervenções em saúde do trabalhador no agronegócio, de forma participativa, promovam ações educativas nas quais se valorizem os sujeitos, suas experiências e saberes.

Além disso, participa-se, nesse estudo, de uma proposta de vigilância em saúde cuja concepção basilar se orienta por uma abordagem integrada que articule diferentes sistemas de informação e instituições, no sentido da ampliação do conhecimento para melhorar as condições de vida e saúde da população, principalmente os mais vulneráveis (SABROZA et al., 2006).

Verifica-se no cenário nacional da política de saúde do trabalhador que existem vários entraves políticos. Costa et al. (2013) mencionam alguns desses obstáculos: as dificuldades de capacitação de recursos humanos, condições inadequadas de trabalho dos próprios trabalhadores da saúde, além da inserção da participação dos trabalhadores como instrumento de controle social. Por outro lado, os autores também enfatizam a capacidade de inovação que os atores sociais, quando envolvidos, podem apresentar, buscando novos arranjos para solucionar problemas.

Na perspectiva de Arendt (2014, p. 152), a esfera política possibilita ao homem ser capaz de agir e de agir em conjunto e no concreto com outros homens, buscando-se, ao fim, a sua própria transformação. Essa ação transformadora acreditamos que tenha

ocorrido nos participantes, uma vez que propuseram ações para serem efetivadas no plano coletivo. Já no que diz respeito à mudança na subjetividade dos participantes, constatou-se principalmente uma ampliação do senso crítico a respeito das consequências sociais e ambientais geradas pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio, como o trabalho precário e uso intensivo de agrotóxicos. Contribuiu para essa mudança de visão o processo formativo vivenciado pelo método participativo, pois se trata essencialmente de uma investigação social, científica, política e pedagógica de produção partilhada de conhecimento social, na qual se aprende através da experiência prática do diálogo.

5.2 TRABALHO PRECÁRIO E AGRONEGÓCIO

A atual dinâmica capitalista produz, especialmente, desregulação e precarização das relações de trabalho e ainda favorece o enfraquecimento do exercício da cidadania: flexibilização, perda dos direitos sociais e ameaças de desemprego (SENNETT, 2001; LEITE, 2008). No que concerne ao agronegócio, os participantes mencionaram como problemas locais algumas perdas relacionadas à saúde dos trabalhadores, com destaque especial à denúncia referente às mortes ocorridas na última colheita da melancia (2013), as quais parecem não ter recebido a necessária atenção por parte dos órgãos públicos de vigilância.

“Eu acho assim: o problema do agronegócio é que ele vem e se instala no município e deixa as consequências que são essas que a gente já falou, dos trabalhadores, meio ambiente, e uma das coisas piores... é assim, essas grandes empresas, o grupo, [...] eles não gastam o dinheiro aqui. O dinheiro que gastam aqui é mínimo.”

“A gente fala em doenças, gastos, mas quantas vidas nós já perdemos, né, em poucos anos? Aqui teve no ano passado; nessa colheita da melancia, de julho, agosto, setembro, se foram doze pessoas. Doze pessoas por falta de orientação. É no trânsito, no trabalho e são muitos acidentes, que muitas vidas vão embora, e a maioria jovem”.

Arendt (2014) aborda a questão da condição humana do trabalho, ressaltando que o trabalho não só atende à necessidade de estabilidade do indivíduo como também significa um fator de realização humana. Sob o capitalismo, o trabalhador se submete a toda a ordem de condições laborais para fugir do desemprego. Assim, pautados na vertente filosófica do trabalho como fator de realização da condição humana e ainda

balizados pela tese constitucional de que o trabalho rural tem como objetivo fundante a “erradicação das desigualdades, da marginalização e da pobreza no campo” (BRASIL, 1988), indaga-se: como caminhar dentro dos parâmetros da nossa Lei maior e alcançar a dignidade humana no trabalho rural do agronegócio no Brasil, com o atual modelo de desenvolvimento agrário?

“Eu trabalhei com trator, na fazenda dos outros. Aí o patrão diz: amanhã até o meio dia você vai borrifar veneno. Mas, você sabe que o vento tá jogando para todo lado, mas, o patrão mandou, né! Aí você está sabendo que está errado, mas pelo vento; você sabe que tem hora que o veneno vai estar em cima de você e para todo lado, mas quando tem a figura do patrão que está impondo a relação de trabalho é pior ainda”.

Ganham destaque nesse trecho de discurso as afirmações “está sabendo que está errado, mas, o patrão mandou, né” e ainda “a figura do patrão que está impondo”. Segundo Alves (2013, p. 65), os trabalhadores são obrigados, pela necessidade de sobrevivência, a se submeterem às condições da exploração. Para Dejours (2007, p. 32), as situações de trabalho extremamente penosas para os trabalhadores geram conflitos entre os valores do trabalho bem feito, o senso de responsabilidade e a ética profissional. No âmbito do debate sobre valores no mundo ocidental capitalista, percebe-se uma “menos-valia” em relação à ética das relações; as pessoas são consideradas como meros objetos de produção.

De acordo com Sennett (2002), o aspecto da flexibilidade no novo capitalismo causa impactos sobre o caráter das pessoas. Caráter, segundo esse autor “são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem” (SENNETT, 2002, p. 11). Assim, os valores duradouros estão escassos nessas pessoas e nas relações que se concentram na satisfação do momento imediato.

Lembremos ainda com Marques (2007) que a maioria dos empregadores, devido à busca excessivo do lucro, não respeita as legislações (como jornadas de turno, horas-extras, folgas, entre outras). Podemos dizer que os empregadores burlam a legislação e que a classe trabalhadora, por sua vez, não tem escolha, senão submeter-se a tal realidade.

“A realidade brasileira é não ter condições de trabalho; [são] piores maquinários, piores tecnologias usadas, porque eles exploram o ser humano para obter o lucro. Para o empresário, ele não quer gastar dinheiro para a proteção do trabalhador. Para o empresário deveria ser assim, ter melhor maquinário de proteção para trabalhador e não gastar em máquinas de um bilhão. A realidade brasileira é a exploração humana, a gente não tem que se

preocupar só com EPI, tem que exigir como o trabalho é organizado, é executado, se tem normas de segurança e se segue. E as empresas têm que ter profissionais de segurança habilitados. Olha, nenhum empresário é inocente, não é! Quando ele vai abrir a empresa, ele leva uma aula do Ministério do Trabalho”.

No decurso das reuniões, observou-se, da parte dos participantes, demonstrações de perplexidade e de indignação frente ao desrespeito com os trabalhadores das fazendas do agronegócio.

Foram debatidos: a precariedade de vínculos, condições de trabalho, sazonalidade, contratação de mão de obra estrangeira (paraguaios). Fato este que requer uma maior atenção dos setores de saúde e fiscalização do trabalho pelos órgãos competentes. Ademais, as falas de indignação relativas ao trabalho nas fazendas levaram os participantes a avaliar a necessidade inadiável da organização local para a ação. É perceptível a fragmentação da classe social trabalhadora no município. Convém lembrar com Negri (2011) que o adensamento do trabalho precário fragiliza os coletivos de trabalho.

Considere-se ainda a menção dos participantes relativa ao uso de tecnologias nas fazendas. Para Mendes e Oliveira (1995), a incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo gera a necessidade de novas formas de organizar e gerir o trabalho, devendo-se ainda intervir na coexistência de antigas manifestações de agravos à saúde do trabalhador.

5.3 AGROTÓXICOS

O município de Lagoa da Confusão possui um processo de produção agroindustrial que tem como uma das suas principais características o uso veemente de agrotóxicos nas plantações de grãos e melancia. O tema do agrotóxico esteve presente em todas as reuniões, já que é parte da realidade e da paisagem do trabalho no município.

“É bem clara a problemática que a gente tem hoje em dia nas grandes produções; estão aí, em todo o país, e não só aqui na Lagoa [...] Aqui próximo tem o projeto Formoso, que já vem de lá descendo com tudo e com esse manuseio inadequado de agrotóxicos e da má alimentação de quem trabalha na área; como a [...] falou, falta de acomodação, né! Seria o alojamento na hora de comer. Passar por um banho, tomar um banho, né! Pra poder sentar numa mesa e comer de forma correta. E isso falta muito aqui na Lagoa da Confusão, e as próprias pessoas que trabalham ali não são orientadas como os que manuseiam os agrotóxicos, como [os que] conduzem

o avião. Porque aqui na Lagoa já teve mais de dois casos de acidentes de pessoas que morrem de acidente com avião, né!”

A percepção dos participantes nas discussões sobre as consequências que os agrotóxicos provocam à saúde humana, assim como ao ambiente, é convergente com a afirmação de Porto (2007, p. 68) a respeito do “potencial destrutivo do progresso” no modelo de desenvolvimento do agronegócio. Esse padrão de suposto progresso pode determinar implicações no âmbito da saúde pública, além de gerar incerteza social e ambiental. Segundo o autor, o discurso dos grandes capitalistas vem carregado de uma “ignorância significativa” sobre as consequências desse modo de produção na saúde humana. Nesse sentido, o agrotóxico, sob a denominação de “defensivo”, tem como falso argumento a ideia de combate às pragas e de manutenção da vida.

“O pessoal do agronegócio falam que geram alimentos, e quando alguém fala sobre os venenos, eles respondem que é defensivos agrícolas e que é para manter a produção mais bonita e que o povo, eles distorcem falando que são responsável pelo crescimento do município, dos aluguéis. Mas as consequências são muito maiores. E, lembrando que os impostos não ficam no município, eles vão comprar em outros países, e as camionetes, os tratores são compradas em outros estados. Não são comprados aqui. O que a gente sabe que gera para o município as consequências, e aí, infelizmente, os nossos gestores abraçam como se fossem a luz do municípios que vêm para salvar a vida deles.”

A fala desse participante vai ao encontro daquilo que evidencia o Dossiê da Abrasco de 2012 (ABRASCO, 2012, p.19), sobre os impactos do agrotóxico à saúde humana. Com base no referido documento interpreta-se que há uma tentativa de legitimação ideológica no que diz respeito ao uso de agrotóxico, por parte dos seus defensores, sob a alcunha de “revolução verde”. Existe, em verdade, um caráter perverso nos tipos de relações sociais geradas por esse modelo, tal como, exploração, expropriação da natureza e da força de trabalho. Ressalta-se que, conforme lembra o texto da Abrasco, esse modelo de produção rural tem como seu aliado o próprio Estado, que cria políticas públicas compensatórias e de proteção favoráveis aos produtores. De maneira contrária, acredita-se que o Estado devesse exercer o seu papel constitucional de mediador dos interesses sociais.

“O mundo está se contaminado de uma maneira. Estou querendo dizer que a foto não registra isso. Então, tá o trabalhador se contaminando daquela maneira [...] falta de educação do trabalho, Também está lá, o cidadão pescando para trazer o peixe para a cozinha dele, digamos assim. E o avião

passando lá em cima jogando o veneno em cima dele, e até mesmo em cima do peixe que ele vai levar para dentro da panela”.

Existem, na literatura, estudos de base nacional e internacional, que analisam os efeitos e as consequências dos agrotóxicos à saúde, bem como ao meio ambiente (Pignati, 2006; Rigotto, 2011; Schneider, 2013). Compartilhamos a acepção segundo a qual uma forma de enfrentar essa problemática é torná-la pública, por meio de debates em espaços de formulação e deliberação política. Para Bauman é preciso recriarmos a “ágora” – lugar do encontro, do debate e da negociação pública – para, afinal, reconquistarmos a cidadania, tarefa que se realizará por meio da crítica social.

“Nós tem um rio aqui, que é o mais contaminado em agrotóxicos porque ele já vem lá do Formoso do Araguaia e que se chama Rio Formoso e desce aqui margeando o PA Loroti e chega aqui até Lagoa da Confusão no projeto de novo e que vai alimentando o peixe que é todo contaminado e o rio está contaminando o peixe. Então pra gente ver o avião jogando o veneno, está sendo contaminado não só os vizinhos como também, o gado que recebe também aquele agrotóxico no pasto e gado vai. É, o que nós tá comendo tudo envenenado. Não é mesmo? Bem, aqui na fazenda do finado [...] tem aquela área de terra que cria vaca né! E a outra área vizinha que é a soja, o arroz o milho que planta de tudo ali, né! e as vacas coitadas comem naquele círculo ali, só movendo de um pasto para outro e se alimentando também de agrotóxicos que está caindo e não tem como!. O peixe, pra se falar do peixe é contaminado”.

Observa-se que as falas exprimem um saber relativo a uma cadeia de problemas e consequências socioambientais relacionadas aos agrotóxicos. No que tange as morbidades dos trabalhadores em decorrência da exposição aos venenos, lembramos aos participantes, a dificuldade em se comprovar a causa das doenças e, ainda, os responsáveis pela contaminação que escapam de arcar com os custos de tratamentos de saúde ou de medidas para mitigar os efeitos da contaminação ambiental (ABRASCO, 2012, p.47).

Observa-se que há uma gama de questões relacionadas ao tema do agrotóxico que corresponde a atual racionalidade econômica de mercado e que culmina em iniquidades sociais. Distingue-se nesse panorama o papel contraditório do Estado e a ordenação de políticas públicas relativas a produção, ao comércio e ao uso do agrotóxico, visto que se constatações ações em duplo sentido: ao mesmo tempo em que se formulam políticas públicas para se intervir na direção de superar injustiças sociais e ambientais, a exemplo do “fortalecimento nacional de vigilância à populações expostas aos agrotóxicos” (BRASIL, 2012), também autoriza-se políticas de desenvolvimento da produção agrícola, a favor do capital, como a liberação e produção de agrotóxicos, como

o decreto nº.8.133 de 28 de outubro de 2013 que dispõe sobre a declaração do estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que se trata a Lei 12.873, de 24 outubro de 2013 e dá outras providências, esta Lei autoriza importação emergência de defensivos para a soja e algodão,(Brasil, 2013).

Harvey (2012) afirma que os dois principais “agentes sistêmicos” do nosso tempo que atuam na produção e reprodução da geografia da natureza são “o Estado e o Capital”. Segundo o autor, a paisagem geográfica de acumulação do capital está em constante evolução, em grande parte sob o imperativo das necessidades especulativas (sobressaindo a exploração sobre a terra) e somente de forma secundária leva-se em conta as necessidades das pessoas. No que tange ao agronegócio, sabe-se das vulnerabilidades da monocultura, o que justifica na ótica dos investidores a aquisição pesada em fertilizantes e pesticidas (principalmente à base de petróleo) para o aumento da produtividade em massa (HARVEY, 2012). Lembremos que o uso de tecnologias no campo e o enfraquecimento do coletivo de trabalhadores demandam mudanças na composição dos mecanismos de poder, no equilíbrio da representação das forças políticas e “do não esmagamento da sociedade pelo Estado” (BENJAMIN, 2010, p.22).

5.4 PARTICIPAÇÃO

O tema participação, como categoria central de pesquisa, surgiu em vários momentos das reuniões. Percebe-se que existem algumas variações presentes aos discursos e que refletem a visão das diferentes pessoas que participaram do grupo. Constatamos, no entanto, como no trecho abaixo, um questionamento recorrente que diz respeito a baixa adesão dos sujeitos individuais e coletivos para participação no planejamento e ação das políticas públicas locais.

“Sobre a participação da comunidade sempre sou preocupado com essa participação. Por que agora em agosto o planejamento de quase todos os municípios para o ano que vem, né! Aí, nesse planejamento, a gente ver pouca participação da comunidade dos trabalhadores. Tem muitos trabalhadores, mas a conscientização dos sindicatos que não estão participando do planejamento, assim não tem. E esse povo de lá, não sabe que a equipe médica para ir atender os trabalhadores uma vez ao mês, ir na empresa. Termina que traz-se tudo da zona rural para urbana. Isso me preocupa porque tem que ter a participação dos trabalhadores, e tá tendo?”

Segundo o dicionário de política (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO), o termo participação, em seu sentido estrito, pode ser empregado como a contribuição das

peças para uma decisão política. Conquanto, os autores afirmam que existem aspectos importantes alusivos às características da cultura da política local que podem ser decisivos para a participação das pessoas, como a possibilidade de que as estruturas institucionais criadas não serem suficientes, por si só, para determinarem a participação; ou ainda deve-se considerar que a motivação para participar é limitada a um círculo restrito.

Diante dessas análises podem-se constatar as dificuldades em se efetivar a participação social como processo continuado para que, de fato, a acumulação de experiências democráticas possa significar uma mudança na cultura política. Nesta linha de pensamento, Lambertucci (2009, p. 82) lembra que “os espaços de participação social e a prática de diálogos” são estratégias para fortalecer a democracia. O autor ainda destaca a articulação como importante estratégia para concretização da intersetorialidade e como elo de fortalecimento da democracia institucional. De modo complementar, Moroni (2009, p.116) destaca que a participação visa à edificação da “democracia cotidiana”, além da autonomia, soberania e de todas as formas de universalização da igualdade.

Na perspectiva da história – política e teórica – do campo da saúde do trabalhador, enfatiza-se a participação social dos trabalhadores como um aspecto constitutivo essencial da vigilância aos ambientes de trabalho (ODDONE, 1986; MINAYO-GOMEZ, 2011; MACHADO, 2011; VASCONCELLOS, 2011).

Espera-se que a experiência, de caráter local, aqui relatada se torne parte da agenda do município de Lagoa da Confusão e se multiplique em todas as instâncias institucionais de saúde nos 139 municípios do Tocantins, numa política que possibilite a primazia da autonomia participativa dos sujeitos sociais e transforme a hegemonia das políticas públicas relacionadas à saúde, ao trabalho e ao ambiente.

Conforme Hurtado (2006, p.196) Participação social tem como sustentação “crer verdadeiramente nos processos de aprofundamento democrático, na autêntica expressão da voz da cidadania, no diálogo entre sociedade e governo.” Desta forma haverá uma visibilidade à sustentação da prática democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi elaborado com o propósito de se realizar uma reflexão crítica sobre a participação social nas ações de vigilância em saúde do trabalho no município de Lagoa da Confusão. Adotamos como importante referência a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) e a metodologia participativa. Ressalta-se, principalmente, como produto desse estudo, a elaboração do plano de ação de vigilância em saúde do trabalhador, de caráter participativo. Assim procedemos porque, embora no âmbito do Ceresst estadual se busque considerar o princípio da equidade, existe pouco envolvimento da população local na construção de políticas públicas.

Saliente-se que a vigilância em saúde do trabalhador no estado do Tocantins ainda está buscando uma identidade metodológica para implementar ações. Com isso, há uma fragmentação de abordagens para que se efetuem como prática social participativa. Constata-se no plano empírico que as ações da VISAT que são planejadas e incluídas no plano estadual de saúde só acontecem pela vontade e persistência dos técnicos do núcleo de VISAT, uma vez que a gestão investe somente na criação de indicadores.

Desenvolver uma pesquisa com o envolvimento e a participação locais é, de fato, muito estimulante e enriquecedor, principalmente no que diz respeito ao processo de compartilhar saberes e de se produzirem novos conhecimentos. No entanto, existem também muitos obstáculos, entre eles, o desafio de se reunirem atores para serem os participantes da pesquisa, o de criar laços de confiança para envolvimento no estudo e o de criar estratégias para o exercício do diálogo, a fim de que se compartilhem opiniões diferentes e pontos de vista diversos, que formalizem instituições públicas participativas e democráticas.

Observou-se que, numa pesquisa participante, ao se adotar uma pedagogia do diálogo, em que há troca de saberes, é possível a construção do conhecimento e a transformação política dos participantes, como ocorreu neste estudo. Os participantes demonstraram, durante as discussões, envolvimento e respeito pelo conhecimento um do outro e a sinalizaram para a possibilidade de estratégias para se intervir politicamente na realidade social dos problemas.

Enfatiza-se ainda, no que se refere à metodologia empreendida, que ela se mostrou eficaz como estratégia para se alcançar um plano de trabalho coletivo. Da mesma forma, o seu aspecto pedagógico mostrou-se ativo no que se refere ao processo de integração dos participantes, e com potencial para gerar mudanças locais.

Ressalta-se que esta metodologia será de grande valia para ampliar as ações de vigilância em saúde do trabalhador do Cerest Tocantins, uma vez que se adota como aporte político-teórico central a ideia da democratização das relações sociais por meio da reflexão crítica emancipatória. Ademais, busca-se continuamente a participação dos trabalhadores, conforme preconizam as diretrizes e princípios da política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora.

Trabalhar na vertente da metodologia participativa, no território de Lagoa da Confusão, possibilitou a construção de um produto coletivo (Plano de Vigilância Participativa em Saúde do Trabalhador), que teve os atores sociais locais como coautores e objetivou a transformação da realidade e das condições de trabalho do modelo do agronegócio. Criaram-se condições para o exercício da democracia por meio da articulação de todos os atores da coletividade – representantes tanto do Estado quanto da sociedade civil – para a implementação de políticas participativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AERTS, D. et al. **Promoção de saúde: a convergência entre as propostas da vigilância da saúde e da escola cidadã.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n4/17.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios sociológicos do trabalho. 2. ed. Londrina-PR: Praxis, 2007, 290 p.

_____, G. **Dimensões da precarização do trabalho:** ensaios de sociologia do trabalho. Bauru-SP: Praxis, 2013, 260 p.

AMMANN, S. B. **Participação Social.** 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980, 133p..

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha:** ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005, 135 p.

_____. **Adeus ao trabalho?:** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999, 155 p.

ARAÚJO, C. República, participação e democracia. In: Leonardo Avritzer (org). **Experiências nacionais de participação social.** São Paulo: Cortez, p. 55-68, 2009.

ARENDT, H. **A condição humana.** 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, 407 p.

_____. **O que é política?** Fragmentos das Obras Póstumas Compilados por Ursula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 99 p.

ARISTÓTELES. **Política.** Tradução de Nestor Silveira Chaves/supervisão editorial Jair Lot Vieira. Bauru-SP: Edipro, 1995, 213 p. (Série Clássicos).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. **Dossiê ABRASCO:** Um Alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 2 – Agrotóxicos, saúde e sustentabilidade, 2012. p.140. Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/UserFiles/Image/DOSSIE2f.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2014.

AVRITZER, L. **Experiências nacionais de participação social:** Democracia participativa. São Paulo: Cortez, 2009, 213 p.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 257 p.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987, 252 p.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. 2. ed. São Paulo: Idéias & letras, 2006, 296 p.

_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, 2008, vol.14, n.1, p. 43-64.

_____. A Qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R. R. (org.) **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011, v. 7, 372 p.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº.8.133**, de 28 outubro de 2013. Dispõe sobre a declaração do estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que se trata a Lei 12.873, de 24 outubro de 2013 e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D8133.htm>. Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. Ministério Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio: Brasil 2012\13 a 2022\23 projeções à longo prazo**. Assessoria de Gestão Estratégica 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/projecoes%20-%20versao%20atualizada.pdf> . Acesso em: 08 out. 2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Parque Nacional do Araguaia – TO. Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_araguaiaa.pdf> Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. **Lei nº 6.437**, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6437.htm>. Acesso em: 09 set. 2013.

_____. **Lei nº 8.080**, de 19 setembro de 1990a. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Lei n.º 8142**, de 28 novembro de 1990b. Dispões sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intragovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm>. Acesso em: 05 set. 2012.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos**. Resolução 196/96. Brasília, 1996. Disponível em: <www.datasus.gov.br/conselho/resol96/RES19696.htm>. Acesso em: 02 maio 2013.

_____. **Legislação em saúde**: Caderno de legislação em saúde do trabalhador. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_legislacao_st1.pdf>. Acesso em: 09 set. 2013.

_____. **Portaria nº 3.120**, de 1º de julho de 1998. Aprova a Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3120_24_12_2008.html>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. **Portaria nº 3.252**, de 22 de dezembro de 2009. Aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências. <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria3252_da_vigilancia_em_saude_0501_atual.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Portaria nº. 1.823**, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html>. Acesso em: 06 dez. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 31 - Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura**. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D33EF459C0134561C307E1E94/NR-31%20\(atualizada%202011\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D33EF459C0134561C307E1E94/NR-31%20(atualizada%202011).pdf)>. Acesso em: 08 set. 2013.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a08n109.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

BENJAMIM, C. Democracia, economia e socialismo. In: FLEURY, S.; LOBATO, L. V. C. **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: CEBES – reimpressão, 2010, p.14-23.

BREILH, J. Pilhagens, ecossistemas e saúde. In: Miranda, et al. **Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro:** Fiocruz, p.159 -180. Disponível em:<<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/3511/1/Breilh,%20J-CON-136-Pilhagens.pdf> >. Acesso em: 06 fev. 2014.

_____, J. De La vigilancia convencional al monitoreo participativo. **Ciência & Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p.937-951, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n4/a16v8n4.pdf> >. Acesso em: 06 set. 2013.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** Brasília: UNB, 2004,1330 p.

BRUNO, R. Atualidade de Florestan Fernandes: o entrelaçamento entre arcaico e moderno como traço constitutivo da sociedade brasileira. In: BRUNO, R. et al. **Um Brasil ambivalente:** agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Edu Mauad X, p-231-238, 2009.

CAMPOS, E. B. Assistência Social: do descontrolado ao controle social. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, nº 88, Ano XXVI, p.101-121,nov. 2006. Disponível em: <http://www.apmfc.org.br/App_Files/Artigos/vigilancia_saude.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2013.

CAPELLA, A. C. N. Perspectiva teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais.** São Paulo, n. 61, 1º. Semestre 2006, p. 25-52.

CARNEIRO, F. F. et al. Desigualdades ambientais: conflitos, discursos e movimentos. In. **E – Cadernos CES.** Centro de Estudos Sociais Universidade Coimbra – Portugal, n.17, 2012.Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/ecadernos17/ecadernos17.pdf#page=11>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE, M. **Desigualdade e a questão social.** 2. ed., ver. ampl. São Paulo: Educ, 2000, p. 235-264.

CASTELLANOS, P. L. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida. Considerações conceituais. In: BARATA, R. B. (org). Condições de vida e situação de saúde. **Saúde e Movimento,** ABRASCO, n.4 . Rio de Janeiro: p.31-76, 1997.

CASTILHO, M. W. V.; CASTRO, J. G. D. **Do sertão à periferia:** a expropriação camponesa pela expansão da soja. O caso da serra do centro de Campos Lindos (TO). Araguaína-TO: FASE/CPT/APA-TO/UFT, 2006, 101 p.

COSTA, D. et al. Saúde do Trabalhador no SUS: desafios para uma política pública. **Ver. Bras. Saúde Ocup.** São Paulo, v. 38, n. 127, p. 11-30, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v38n127/v38n127a03.pdf>> Acesso em: 09 fev. 2014.

CUNNINGHAM, F. **Teorias da democracia**: uma introdução crítica. Porto Alegre: ARTMED, 2009, 162 p.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça Social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2007, 158 p.

ESCRIVÃO-FILHO, A. **Uma hermenêutica para o programa constitucional do trabalho rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2001, 192 p.

FEDOZZI, L. Democracia participativa, lutas por igualdade e iniquidades da participação. In: FLEURY, S.; LOBATO, L.V.C. (org.) **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2010, p. 204-228.

FISCHER, F. M., MORENO, C. R. C. et al. **Trabalho em turnos e noturno na sociedade 24 horas**. São Paulo: Atheneu, 2004, 238 p.

FLEURY, S. Democracia e socialismo: o lugar do sujeito. In: FLEURY, S.; LOBATO, L.V.C. (org.) **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2010, p. 24-46.

FONSECA, I. F. Relações de poder e especificidades do contexto em fóruns participativos. In: PIRES, R. R. (org.) **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. v. 7. Brasília: Ipea, 2011, p. 159-170.

FORNARO, A. C. **Logística e agronegócio globalizado no estado do Tocantins**: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas. 2012. Dissertação de mestrado. Universidade de Campinas, São Paulo-SP. 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000879824>>. Acesso em: 10 out. 2013.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 65 p.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 107 p.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011, 143 p.

GAJARDO, M. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, C. R.(org). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.15-50.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v.2.ed.4.Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003, 173 p.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista internacional interdisciplinar INTERthesis**. Florianópolis,v.1, n. 1, p. 1-55, 2004. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604>>. Acesso: 06 nov. 2013.

GUIDA, H. F. S. et al. **As relações entre saúde e trabalho dos agentes de combate às endemias da Funasa: a perspectiva dos trabalhadores**. *Saúde soc.*, vol.21, n. 4, p. 858-870, 2012.

HARVEY, D.**O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011, 240p.

HOLLIDAY, O. J. Sistematização das experiências: algumas apreciações. In: BRANDRÃO. C. R.; STRECK, D. R.. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. 2. ed. São Paulo: Ideias e letras, 2006, p.227-243.

HURTADO, C. N. Uma consulta cidadã participativa: o caso do Estado de Michoacán, México. In: BRANDRÃO. C. R.; STRECK, D. R.. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. 2. ed. São Paulo: Ideias e letras, 2006, p. 189-225.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produções agrícolas municipais**, 2011.Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2011_v38_br.pdf >
Acesso em: 15 out. 2013.

_____. **PAM: 2011**. O valor da produção agrícola cresce 27,1% em relação a 2010. **Disponível em:**<<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2246&busca=1&t=pam-2011-valor-producao-agricola-cresce-27-1-relacao-2010>>. Acesso em nov. 2013.

_____. **Cidades**. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=171190>>. Acesso em: 10 out. 2013.

JUNQUEIRA L.; INOJOSA, R. M. **O movimento do setor saúde e o desafio da intersectorialidade**. São Paulo: Edições Fundap, 1996. (Cadernos Fundap 21). 157-164p.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LAMBERTUCCI, A. R. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, L.(org.) **Experiências nacionais de participação social: Democracia participativa**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 70-80.

LAURELL, A.C., NORIEGA, M. **Processo de produção de saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989, 333 p.

LEÃO, L. H. C.; VASCONCELOS, L.C.F. Nas trilhas das cadeias produtivas uma política integradora de vigilância em saúde, trabalho e ambiente. **Rev. Bras. Saúde Ocup.** São Paulo, v.38, n.127, jun/jul. p.107-121, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v38n127/v38n127a13.pdf>>. Acesso em: 03 fev.2014.

LEITAO, S. P; ROSENBAUM, S. Para um agronegócio sem exclusão. **Revista Brasileira de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 289-312, 2006.

LEITE, M. D. **O cotidiano dos trabalhadores da coleta de lixo domiciliar de Palmas: uma questão de saúde e segurança no trabalho**. 2008. Monografia. CEULP/ULBRA , Palmas - TO, 2008. 96 p.

LEITE, M.D. **Relato teórico metodológico da experiência no curso de formação de docentes para área da vigilância da saúde do estado do Tocantins**. 2011. Monografia. ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011. 37P.

MACHADO, J. M. H. Perspectiva e pressupostos da vigilância em saúde do trabalhador no Brasil. In: MACHADO, R. B. et al. **Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro**. Relatório técnico não publicado. Conservação internacional, Brasília – DF, 2004. Disponível em:<<http://www.conservation.org.br/arquivos/RelatDesmatamCerrado.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2013.

MARQUES, C. **A proteção ao trabalho penoso**. São Paulo: Ed. L Tr, 2007, 208 p. Extinção.

MEDEIROS, M. A. T. et al. Política de saúde do trabalhador: revisitando o caso do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Campinas. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, São Paulo, v. 38, n. 127, p. 81-91, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v38n127/v38n127a11.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

MENDES, J. M. R.; OLIVEIRA, P. A. B. Medicina do trabalho: o desafio da integralidade na atenção à saúde. In: VIEIRA, S. I. V. (org.). **Medicina básica do trabalho**. v. 4, Curitiba: Gênese,1995, 577p.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2008, 407 p.

MINAYO-GOMEZ, C. Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformações. In: MINAYO-GOMEZ, C. et al. **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz., 2011, p.23-34.

_____. Organização do controle Social: avanços e entraves. In: MINAYO-GOMEZ, C; VASCONCELOS, L. C. F. **Controle social na saúde do trabalhador**. EAD. ENSP/FIOCRUZ, 2009, p.17-30.

_____; LACAZ, F. A. C. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. **Ciênc. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, vol.10, n.4, p. 797-80, 2005.

_____; MINAYO, M. C. S. Enfoque Ecológico de Saúde: Uma Estratégia transdisciplinar. **Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade – Interfac EHS**. Santo Amaro-SP, v. 1, n. 1, art. 1, 2006.

_____, J. M. H. Processo de vigilância em saúde do trabalhador. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.13, supl.2, p. 33-45, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v13s2/1362.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

MORONI, J.A. O direito à participação no governo Lula. In: FKLEURY, S; LOBATO, L.V.C. (org.). **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2010, p.248-269.

_____. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, L. (org). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009, p.70-89.

NEGRI, F. L. **O exercício profissional do assistente social e a precarização no mundo do trabalho: ensaios sobre sua inserção no sistema único de assistência social**. 2011. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94915/289306.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

NOVAES, B.; MINAYO-GOMEZ, C. **Nuvens de Veneno**. Terra Firme; Videossaúde-Distribuidora, MP2 produções. Rio de Janeiro, 2013. Expõe as preocupações com as consequências uso de agroquímicos no meio ambiente, especialmente saúde humana. Duração 23 minutos. Trilha sonora: Bernardo Gebara.

OLIVEIRA, A. M. C.; DALLARI, S. G. Vigilância sanitária, participação social e cidadania. **Saúde soc**. São Paulo, v.20, n.3, p. 617-624, 2011.

OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P. et al. **A questão agrária hoje**. 2. ed., Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1994, p.45-67.

OLIVEIRA, M. H. B.; VASCONCELLOS, L. C. F. Política de Saúde do Trabalhador no Brasil: muitas questões sem respostas. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.8, abr/jun.1992, p. 150-156,. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v8n2/v8n2a06>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

OLIVEIRA, M.L; ALMEIDA, E.S. Controle social e gestão participativa em saúde pública em unidades de saúde do município de Campo Grande, MS, 1994-2002. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.18. n.1, p.141-153, jan/mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000100014>. Acesso em: 20 ago. 2013.

PERES. F. Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.14, n.6, p.195-204, 2009.Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/07.pdf> >. Acesso em: 12 nov.2013.

PESSOA. V. M; RIGOTTO, R. M. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. **Rev. Bras. Saúde Ocup.** São Paulo, v.37, n.125, p. 65-77, jun/jul.2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v37n125/a10v37n125.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

PIGNATTI, W. A; MACHADO, J. M. H. O Agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do Estado de Mato Grosso. In: MINAYO-GOMEZ, C. et al. **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011, p.245-272.

PINHEIRO, T. M. M. **Vigilância em Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde: a vigilância do conflito e o conflito da vigilância**. Tese de doutorado. Faculdade Ciências Médicas de Campinas-SP, 1996, p.203.

PORTAL, Lagoa da Confusão. **Jornal Conexão Lagoa**. Lagoa da Confusão - TO, 08 mai.2013. Disponível em: <<http://conexaolagoa.com.br/portal/lagoa-da-confusao-e-o-maior-produtor-de-arroz-irrigado-no-estado-do-tocantins>>. Acesso em: 03 set. 2013.

PORTO,M. F.; SCHÜTZ, G.E. Gestão Ambiental e Democracia: análises, crítica, cenários e desafios. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de janeiro, v.17, n.6, p.1447-1456, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a09.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

PORTO. M. F.; MILANEZ. B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de janeiro, v.14, n.6, p.1883- 194, 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/06.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

PORTO, M.F. **Uma ecologia política dos riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007, 244p.

RIVERA, F. J. U; ARTMANN, E. Planejamento e gestão em saúde: flexibilidade metodológica e agir comunicativo. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.4, n. 02, p.355-365, 1999.

RODRIGUES, W. et al. Análise da efetividade socioeconômica do prodecer III no município de Pedro Afonso, Tocantins. **Universidade Federal de Goiás - Pesquisas Agropecuária Tropical**. Goiânia-GO, v. 39, n. 4, p. 301-306, out./dez. 2009. Disponível em:<<http://www.agro.ufg.br/pat>>. Acesso em: 11 set. 2013.

RODRIGUES, E. C. C. et al. **O processo de comercialização da soja produzida em Pedro Afonso/TO - projeto prodecer III**. Monografia pós-graduação em Administração Rural. - Fundação Universidade do Tocantins, Campus Universitário de Miracema - TO. 2000, 56p.

ROZEMBERG, B.O Saber local e os dilemas relacionados à validação e aplicabilidade do conhecimento científico em áreas rurais. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.23,supl.1, p.97-105, 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23s1/11.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

SABROZA, P., et al. O mestrado profissionalizante em vigilância em saúde da escola nacional de saúde pública Sérgio Arouca. In : LEAL, M.C, FREITAS, C. M. **Cenários possíveis: experiências e desafios do mestrado profissional em saúde coletiva**, p.201-235, 2006. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/sp/pdf/leal-9788575412855-12.pdf>>. Acesso em: 5 fev.2014.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**.4. ed. São Paulo: Cortez, 2001, 415 p.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, nov. 2007. p.71-94Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

SANTOS, M. I. **Manejo de agrotóxicos e seus impactos na saúde dos trabalhadores da agricultura de abacaxi de um assentamento do Tocantins**. 2012. Dissertação Mestrado em Ciências da Saúde. Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2012.

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P.. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Por uma economia política da cidade**. 2. ed. São Paulo: Ed. Universidade São Paulo, 2009, 139 p.

_____. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: Ed. Universidade São Paulo, 2012, 169p.

SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. 2007. Florianópolis. **Anais do II Seminário Nacional.** Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/debora_martine.pdf>. Acesso em: 02 nov.2013.

SENNETT,R. **A corrosão do caráter.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, E. B.; SOUZA, J.C. Modernização da agricultura e apropriação do cerrado: uma análise das microrregiões do sudoeste goiano e Quirinópolis no estado de Goiás. In: **Anais XXI encontro de geografia agrária.** Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/990_1.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

SILVA, M.O. S. Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: uma concepção e uma prática. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R.(org): **Pesquisa participante: O saber da partilha.** 2. ed., Aparecida- SP: Ideias e Letras, 2006, p.123-149.

SILVA, L. M. S. et al. **Análise da organização e funcionamento dos conselhos de saúde e a gestão participativa em Fortaleza, CE.** *Saúde Soc.* São Paulo,v.21, supl.1, p. 117-125, mai. 2012.

SIMIONATTO, I; NOGUEIRA, V. M. R. Pobreza e Participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, ano XXII, n. 66, p.145-164, 2001.

SOBOTTKA, E. et al. Pesquisa como mediação político- pedagógica. In: BRANDÃO. C. R.; STRECK,D. R. **Pesquisa participante: o saber da partilha.** 2. ed. Ideias & letras, p.167-188, 2006.

SOUZA, K. R.; FALLEIROS, I. Para uma Práxis Educativa em Saúde do Trabalhador. In: VASCONCELLOS, L.; OLIVEIRA, M.H (Org.). **Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória.** Rio de Janeiro: Educam, 2011, p. 559-598.

TATAGIBA, L. F.. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. In: PIRES, R. R. (org.) **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação.** Brasília: Ipea, v. 7, p. 159-170, 2011.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009, 170 p.

TOCANTINS. Governo do Estado. **Portal de informações e serviços\incentivos fiscais**. Disponível em: <<http://portal.to.gov.br/empresario/incentivos-fiscais/450>>. Acesso em: 03 set. 2013.

_____. Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins. **Relatório Técnico nº. 12**. Diretoria de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador, 2007.

_____. Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins. **Relatório Técnico nº. 19**. Diretoria de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins. **Relatório Técnico nº. 10**. Diretoria de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador, 2011.

_____. Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins. **Relatório Técnico nº.18**. Diretoria de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador, 2012b.

_____. Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins. **Relatório Técnico nº. 20**. Assessoria de saúde do trabalhador, 2013.

_____. Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins. **Relatório Técnico nº. 01**. Assessoria de saúde do trabalhador, 2014.

_____.Secretaria de Estado da Saúde. **Relação dos Agrotóxicos em área agrícolas do Estado do Tocantins**. Coordenação vigilância ambiental e saúde do trabalhador, 2013.

_____. Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e Desenvolvimento Agrário do Tocantins. Disponível em: <<http://seagro.to.gov.br/noticia.php?id=2908>>. Acesso em: 15 nov. 2013a.

_____. Instituto natureza do Tocantins (NATURATINS). **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e queimadas do estado do Tocantins**. 2013c. Disponível em: <[http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galeria s/Arquivos/Publicacoes/Plano_Estadual_do_Tocantins.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galeria%2Fs/Arquivos/Publicacoes/Plano_Estadual_do_Tocantins.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2013.

VASCONCELOS, L. C. F; OLIVEIRA, M. H. B. **Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica da trajetória**. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2011, 598p.

VASCONCELLOS, L. C. F; PIGNATTI, W. A. Panorama atual e algumas perspectivas da vigilância em saúde do trabalhador no Brasil. In: **Controle social na saúde do trabalhador**. EAD/ENSP. Rio de Janeiro,2009, p.131-144.

VASCONCELOS, L. C.F. **As relações saúde-trabalho-direito e a justiça injusta.** In: VASCONCELLOS, L.; OLIVEIRA, M.H (Org). **Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória.** Rio de Janeiro: Educam, 2011, p.33-83.

VASCONCELOS, L.C.F. **Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma Política de Estado.** Tese Ciência da Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca Fiocruz.2007. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Tese_desenvolvimento_sustentavel.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

XAVIER, H.C.O; et al. **SUAS: desafios para a sua efetivação.**In.Xavier, H.C. O. et al; ETIC - encontro de iniciação científica. Vol. 3, n. 3, p. 1-21, 2007. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1358/1297>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE
PÚBLICA SERGIO AROUCA – ENSP/FIOCRUZ
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “Vigilância em Saúde do Trabalhador, Controle Social e Participação no Município de Lagoa da Confusão, TO”, desenvolvida por **Magna Dias Leite**, discente do Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde do Trabalhador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Professora **Dra. Kátia Reis Souza**.

O objetivo central do estudo é produzir conhecimento a respeito da estruturação de uma política participativa local de vigilância em saúde do trabalhador, de caráter intersetorial, com ênfase na organização do controle social.

O convite a sua participação se deve à compreensão de que é necessário conhecermos o ponto de vista dos diversos atores atuantes no município de Lagoa da Confusão a respeito do tema vigilância em saúde do trabalhador, para contribuir com a transformação da realidade dos problemas relacionados à saúde dos trabalhadores.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para desistir a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir em sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

Outrossim, você poderá, a qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.”

Você está convidado a participar de quatro encontros com representantes da população e órgãos públicos locais para a construção de um plano de trabalho de modo participativo. A sua participação consistirá em contribuir com o diálogo coletivo sobre temas relacionados à vigilância em saúde do trabalhador no município de Lagoa da Confusão. Os grupos de discussões serão gravados se houver a sua autorização.

O tempo de duração de cada encontro é de aproximadamente três horas. As reuniões serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CONEP 196/96 e orientações do CEP/ENSP.

O benefício dessa pesquisa está relacionado a se gerar conhecimento a respeito da estruturação de uma política participativa local de vigilância em saúde do trabalhador, de caráter intersetorial. Além disso, pretende-se promover espaços públicos de diálogo a respeito da temática central, podendo resultar em política pública para o município.

Em relação à previsão de riscos ou desconfortos decorrentes da pesquisa, podem-se prever constrangimentos surgidos no decurso da reunião com grupos de pessoas desconhecidas entre si.

Os resultados serão divulgados em reunião devolutiva dirigida ao público participante, na forma de artigos científicos e na dissertação da autora.

Em caso de dúvida ou considerações entrar em contato pelo telefone 3218-3295, e-mail: magnaleite330@hotmail.com, endereço quadra 104 Norte, AV. LO-02, Lote 03, Ed. Lauro Knopp, 5º andar- Palmas -TO.

Esta pesquisa corresponde e atende às exigências éticas e científicas indicadas na Resolução CNS nº 196/96, que contém as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Este Termo está redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para a pesquisadora. Lembramos que todas as páginas deverão ser rubricadas por você e pela pesquisadora responsável.

Magna Dias Leite
Mestranda ENSP/FIOCRUZ

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura do sujeito da pesquisa)
Lagoa da Confusão Tocantins, ____ de _____ 2013.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP:

Tel e Fax - (0XX) 21- 25982863

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br

<http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

APÊNDICE B- CARTA-CONVITE DE PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Prezado (a) representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Tocantins – FETAET:

Temos a honra de convidá-lo (a) a participar de quatro reuniões nos dias 28 de agosto, 24 e 25 setembro e 15 de outubro de 2013, das 9 às 11h, no centro de Convenções, referente à pesquisa **“Vigilância em saúde do trabalhador e participação social no município de Lagoa da Confusão, Tocantins”**, que tem como objetivos:

- 1- Contribuir para estruturação da política participativa local de vigilância em saúde do trabalhador, de caráter intersetorial, com ênfase na organização do controle social;

- 2- Realizar 4 reuniões locais com representantes da população organizada e dos movimentos sociais e representações de setores públicos locais para construir um plano de trabalho de modo participativo. Este plano deve ser estruturado de modo educativo, orientado à modificação da realidade local dos problemas. Nele deve-se incluir, ainda, a delimitação da área de ação e definição de estratégias para a ação.
- 3- Na primeira reunião pretendemos, além de proporcionar uma apresentação e integração dos participantes, apresentar a proposta de trabalho e do presente estudo, incluindo a parte teórica de visão do problema a respeito do agronegócio e da estruturação de um plano de vigilância em saúde do trabalhador. Espera-se, ainda, a realização de um tipo de “contrato”, por meio do qual se definirá a permanência das pessoas presente, e/ou a indicação de outras, que se avaliem como indispensáveis. Por fim, tencionar-se-á a definição dos temas das três próximas reuniões.

A pesquisa faz parte do Mestrado Profissional de Vigilância em Saúde do Trabalhador, desenvolvido pela Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro, sob orientação da Profª Drª. Kátia Reis de Souza. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP, conforme parecer consubstanciado nº 323.447. A pesquisa atende às diretrizes do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde, no que se refere ao consentimento, sigilo e anonimato, benefícios e propriedade intelectual.

Sua participação será muito importante para estruturação participativa de vigilância em saúde do trabalhador no município de Lagoa da Confusão.

Contamos com a sua participação.

Atenciosamente,
Magna Dias Leite
ENSP/Fiocruz